

ELO

Associação dos Deficientes das Forças Armadas

Director: José Diniz Ano XXIX Dez. 2002 01/12/02 Nº 325 Preço 0,70

• **Natal nas delegações**

Veja as datas dos convívios natalícios da ADFA por todo o país

página 2

• **2003**

ADFA integra Comissão Nacional Coordenadora do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência

página 2

• **Leiria**

O Núcleo da ADFA está a organizar um colóquio técnico sobre Stress de Guerra

página 4

• **Telemóveis**

A ADFA assinou um protocolo para beneficiar os associados na compra e utilização de telemóveis

página 20



PORTE PAGO

Reportagem

Esperança renovada na Delegação de Castelo Branco



página 9

Formação profissional na ADFA em destaque



página 13

Dia Internacional do Deficiente em Aveiro Posição da ADFA sobre a política de reabilitação em Portugal

página 8

28 anos de publicação O ELO que nos une



página 20

Secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes em entrevista ao ELO



“A colaboração da ADFA é decisiva”

página 11

Workshops Rede Nacional de Apoio

O Stress de uma Rede

página 10



Feira de Ajudas Técnicas em Düsseldorf

ADFA no certame internacional REHA 2002

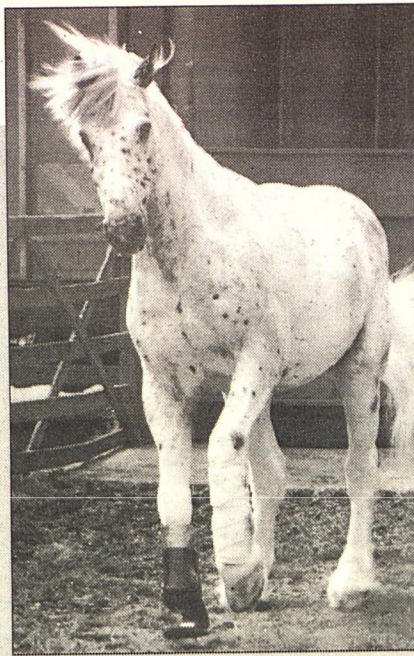
página 12



Fotolegenda

Os cavalos também se abatem. Nome de filme célebre, em que alguém era abatido com base nessa lógica. Mas algo mudou. O cavalo da foto não foi abatido, e fizeram-lhe uma prótese. E teve direito de cidadania, não nos concursos hípicas, mas na sua dedicação e companhia – o seu lado "humano", não quantificável. Um bom exemplo que bem podia servir de mote ao Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.

N.S.C.



Ano Europeu das Pessoas com Deficiência

A ADFA foi eleita para integrar a Comissão Nacional de Coordenação das comemorações do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência – 2003, no passado dia 15 de Novembro, em Lisboa.

De acordo com o que foi publicado no despacho n.º 24.730/2002 (DR 2º série), a Comissão é composta por um representante do Governo que preside (representado pelo presidente do Conselho Directivo do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência), um representante nacional no Comité Consultivo junto da Comissão da União Europeia, dois do SNRIPD, e pelos representantes do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração da Pessoa com Deficiência (CNIPD), do Instituto do Emprego e Formação Profissional, do Instituto de Solidariedade e Segurança Social, da Comissão Nacional das Famílias e seis representantes das organizações não governamentais.

As ONG eleitas para integrarem a Comissão foram, além da ADFA, a ACAPO, a CNOD, a APPC, a Fenacerci e a FPAS.

A ADFA esteve representada pelo 2º secretário da DN, António Capela Gordo.

No SNRIPD está em funcionamento um Secretariado Executivo.

A Comissão extingue-se no dia 31 de Março de 2004, com apresentação de um relatório. (Ver página 15) •

Reunião com autarcas lisboetas

A DN reuniu com o presidente da Junta de Freguesia do Lumiar e com a assessora da vereadora da Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa (CML), para tratar assuntos relativos a eventuais actividades futuras das instalações da Quinta das Camélias.

Na reunião foi apresentado pela ADFA um projecto de intenções à CML para que a autarquia se interesse por integrar uma parceria que permita a utilização daquele espaço pela comunidade lumiarense. •

Reunião em Leiria

O Governo Civil de Leiria recebeu, no dia 13 de Novembro, por solicitação do Núcleo de Leiria, em articulação com a DN, os representantes dos Órgãos Sociais Nacionais e da Direcção daquele Núcleo.

O Governador Civil disponibilizou-se para apoiar as actividades do Núcleo.

Foi comunicado ao Governador Civil que a ADFA, em organização do Núcleo de Leiria, vai levar a efeito, no dia 31 de Janeiro, o colóquio "O Caminho do Stress Pós-Traumático", no qual se pretende sensibilizar para aquela patologia a classe médica, os técnicos de serviço social e os estudantes do distrito. Foi também informado de que estão sensibilizadas para esta actividade a ARS, o Centro Distrital de Segurança Social e o Instituto onde decorrerão as sessões do colóquio.

O Governador Civil aceitou integrar a Comissão de Honra do Colóquio. •

Acessibilidades

O SNRIPD realizou uma reunião de trabalho, nas suas instalações, em Lisboa, no dia 21 de Novembro, com autarcas dos distritos de Lisboa, Santarém e das Regiões Autónomas, estando presentes o secretário de Estado do Ordenamento do Território e representantes dos ministérios da Segurança Social e Trabalho, das Cidades, Ambiente e Ordenamento e da secretaria de Estado do Urbanismo.

A ADFA esteve representada pelo presidente da DN, Patuleia Mendes, e pelo 2º secretário da DN, Capela Gordo, na reunião cujo objectivo foi analisar o grau de implementação do decreto-lei 123/97, de 22 de Maio, sobre a eliminação de barreiras arquitectónicas.

Estiveram também presentes os elementos das equipas técnicas e de serviço social camarárias e directores de associações de deficientes.

Foi proposto que a Administração Central disponha uma verba no Orçamento do Estado para atribuir às autarquias para aplicar nas acessibilidades e correcção das barreiras dos domicílios mais antigos. •

Jantar de Gala

A Cerci Lisboa convidou a ADFA a participar no seu primeiro jantar de gala, no Convento do Beato, em Lisboa, no dia 21 de Novembro.

O evento foi promovido para angariação de fundos para prestação de apoio a cerca de 600 jovens dos vários centros da cidade.

A ADFA foi representada pelo presidente e 2º secretário da DN, Patuleia Mendes e Capela Gordo. •

Comemorações do Armistício

A Liga dos Combatentes promoveu, no dia dez de Novembro, as comemorações do Armistício da Primeira Grande Guerra. A cerimónia foi presidida pelo ministro da Defesa Nacional, Paulo Portas, e contou com a presença de diversas entidades oficiais e de representantes de organizações públicas e privadas.

A ADFA também esteve representada,

pelo presidente da DN, Patuleia Mendes, e pelo 1º secretário da DN, Santa Clara Gomes, que depuseram uma coroa de flores na base do Monumento aos Heróis da Primeira Grande Guerra, na avenida da Republica, em Lisboa. •

APD-Amadora

A Delegação da Amadora da APD vai realizar uma Festa de Natal no dia 13 de Dezembro, nos "Recreios da Amadora", pelas 14h00.

O almoço de Natal daquela instituição tem lugar no dia 21 de Dezembro, com os associados e familiares. O preço por pessoa é de 12,00 euros. As inscrições podem efectuar-se até 16 de Dezembro.

Para qualquer esclarecimento adicional os interessados podem contactar o telefone 21 475 0230 (D. Gracinda). •

Apoio à Mobilidade

O Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência (CMIPD) e o Departamento de Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa vão levar a efeito, de 20 a 23 de Novembro, uma Feira de Tecnologias de Apoio à Mobilidade e Comunicação, na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, em Lisboa.

Os temas apresentados e debatidos prenderam-se com o conceito de Design Universal, outras formas de comunicar, o acesso à comunicação e novas tecnologias, transportes para todos, cidades inclusivas e sua legislação, equipamentos elevatórios e ajudas à vida diária.

Participaram várias empresas ligadas ao ramo dos equipamentos e veículos adaptados, e entrevistaram profissionais ligados às temáticas apresentadas, na presença dos representantes da autarquia e do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência (SNRIPD).

A vereadora de Acção Social, Helena Lopes da Costa, assumiu o empenho da autarquia e das instituições que fazem parte do CMIPD para "informar todos os que se preocupam com a mobilidade e comunicação" e referiu ser conhecedora da "enorme lacuna existente nesta área".

"Esperamos assim estar a contribuir para a construção de uma cidade mais inclusiva e justa", salientou a vereadora. •

Actualização de pensões

Segundo informações obtidas pela DN, o pagamento pela CGA dos diferenciais previstos pela nova tabela indicária publicada em anexo ao DL 207/02, (ver último ELO) prevê-se que seja efectuado a partir de Janeiro com retroactivos a Janeiro de 2002. •

A

Reunião em Famalicão

Na primeira 3ª feira de Dezembro, dia três, pelas 21h00, decorre a reunião da direcção da Delegação de Famalicão. Os associados interessados em participar devem comunicá-lo antecipadamente à secretaria da Delegação.

Núcleo de Guimarães

No dia 21 de Dezembro, Sábado, as funcionárias da Delegação de Famalicão deslocam-se ao Núcleo de Guimarães.

Núcleo de Braga

No 1º Sábado de Dezembro, dia sete, o Núcleo de Braga encontra-se em funcionamento, no infantiário da Igreja Paroquial de São Lázaro, em Braga (frente ao Hospital de S. Marcos), das 9h30 às 12h00. No 1º Sábado do mês, a funcionária da Delegação de Famalicão desloca-se ao Núcleo.

Dia da Pessoa com Deficiência

Nos dias dois e três de Dezembro, vão ter lugar, em Aveiro, a comemorações nacionais do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

Aniversário da Delegação do Porto

No dia sete de Dezembro, Sábado, a Delegação do Porto comemora o seu aniversário.

Festas de Natal nas delegações

No dia seis de Dezembro, 6ª feira, pelas 19h00, a Delegação de Viseu organiza o seu convívio de Natal.

No dia oito, Domingo, a Delegação da Madeira leva a efeito a sua festa de Natal.

No dia 14 de Dezembro, Sábado, a Delegação de Castelo Branco realiza o seu almoço de Natal, em Vila Velha de Ródão.

No dia 14 de Dezembro, Sábado, pelas 13h00, a Delegação de Coimbra realiza o seu almoço de Natal, em Ançã.

No dia 14 de Dezembro, Sábado, pelas 13h00, a Delegação de Faro leva a efeito o seu almoço de Natal com os associados.

No dia 14 de Dezembro, a Delegação de Lisboa realiza a sua festa de Natal, na Sede.

No dia 15 de Dezembro, Domingo, realiza-se a festa de Natal da Delegação de Famalicão.

No dia 21 de Dezembro terá lugar o convívio de Natal da Delegação de Évora, em Elvas.

No dia 21 de Dezembro, Sábado, a Delegação do Porto realiza a festa de Natal para filhos e netos de associados.

Outros encontros de Natal

No dia um de Dezembro, Domingo, vai realizar-se o almoço de Natal dos associados de Arouca, Sever do Vouga e Vale de Cambra.

No dia oito de Dezembro, Domingo, vai decorrer o encontro dos associados do Núcleo de Santa Maria da Feira.

No dia 14 de Dezembro, Sábado, vai ter lugar o almoço de Natal dos associados do Núcleo do Alto Tâmega, em Chaves.

Novos Associados

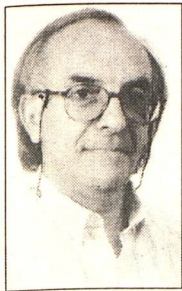
Dando cumprimento ao estipulado no n.º 4, do Art.º 8, dos Estatutos da ADFA, publica-se a relação dos candidatos a sócios efectivos.

Adélia Pereira Rodrigues Alves
Adriano Pires dos Santos
Altino Moreira da Piedade
António Abelino Figueiredo
António Ferreira
António José Amaral
António Pereira Fernandes
Cláudia Sofia Raimundo Cid
Domingos Agostinho Carvalho Campião
Fernando de Jesus Peres
Fernando Mateus Serra
João Maria Caldeira Leitão
José Pires Tomé
Mamadou Baldé
Manuel Joaquim Mantas Brito
Maria Eduarda Teixeira
Maria Luísa Martins
Maria Rosa Dias Moreira
Miguel Nuno de Moura Silva de Alegria
Rogério Carlos Espírito Santo Martins
Rosa da Ascensão Birra
Victor Manuel Feliciano Pinteus



PROPRIEDADE E EDIÇÃO: Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA - Pessoa Colectiva n.º 500032246 • Email: adfa@mail.telepac.pt • Internet: http://www.adfa-portugal.com
DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, EDIÇÃO E REDACÇÃO: Av. Padre Cruz - Edifício ADFA 1600-560 LISBOA • Telefone: 21 751 2600 / 21 751 2601 / 21 751 2609 • Fax: 21 751 2610
DIRECÇÃO NACIONAL DA ADFA/ADMINISTRAÇÃO: Patuleia Mendes, Artur Vilares, Mano Pávoas, Santa Clara Gomes, Capela Gordo, José Rosa, Orlando Correia DIRECTOR: José Diniz
REDACÇÃO: Rafael Vicente (editor) - C. Profissional 5583, Farinho Lopes (fotografia) - C. Profissional 6234, Maria José Almeida (secretariada) COLABORARAM NESTE NÚMERO: Abel Fortuna, Anquíes Carvalho, António Carreiro, Carlos Castanho, Francisco Janeiro, Helena Afonso, Inês Soares Castro, Jaime Ferreri, João Gonçalves, José Maia, Luís Baltazar, Nuno Santa Clara. CORRESPONDENTES: Abel Fortuna (Porto), Anquíes Carvalho (Famalicão), Domingos Seca (Bragança), Francisco Janeiro (Lisboa), Humberto Viveiros (Açores), José Faria (Setúbal), Abel Santos (Castelo Branco), João Gonçalves (Viseu), João Nobre (Madeira), Manuel Branco (Évora), Manuel Parracho (Coimbra), e Nicolau Rufino (Faro). ILUSTRAÇÕES: Nuno Santa Clara e Maria José Carrico. ASSINATURAS E PUBLICIDADE: Maria José Almeida, tel. 21 751 2632. CONCEPÇÃO GRÁFICA - Maquetagem: João Conceição PRÉ-IMPRESSÃO Grafibarra, Artes Gráficas, Lda. Av. D. Vicente Afonso Valente, N.º 1 - 7.º C - 2625-215 Póvoa Santa Iria - Tel./Fax: 21 956 6263 MONTAGEM: Tipografia Escola da ADFA Lg. do Outeirinho do Amendoeiro, 1100-386 Lisboa - Tel. 21 882 2480 IMPRESSÃO: Imprejournal - Sociedade de Impressão, SA Av. Infante D. Henrique, 334 - 1990 Lisboa - Tel. 21 851 2188 GRAVAÇÃO DO ELO SONORO: Centro de Produção de Material do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Lisboa
Registo da Publicação no ICS: 105068/77 Depósito Legal: 99595/96 ASSINATURA ANUAL: 7,00. Os textos assinados não reproduzem necessariamente as posições da ADFA ou da Direcção do ELO, sendo da responsabilidade dos seus autores. Tiragem deste número 8.700

Engano...



Jaime Ferreri

Gostei de mim e deste corpo limpo e inteiro...

Talvez por isso a mina que na guerra me roubou a perna não me larga a mente...

Simulo a prótese, o andar, a vida para que ninguém note esta intimidade.

Engano os demais quando não descobrem qual membro é que falta. Bagatela... Eu queria engenho um pouco de arte para ter o gozo de em vez dos outros a mim enganar e acreditar que nada me falta...

Em cada instante simula-se a perda dum membro, da vista roubada, da mente em farrapos...

Em cada instante aparecem alguns que em nome de todos somam ao disparate da própria vida o direito de falar pelos demais, de nos jornais debitarem opinião... Uns sabões!

Esquecem-se que a palavra quando delegada, isto é, quando trata também dos interesses dos outros, tem de ser clara, responsável, expressão de verdade. Quem não vale por si, quem apenas vale porque outros o julgaram capaz de os representar, deixa de ter o poder de adiantar disparates, de fazer da boca uma torrente de asneiras.

Pode ser da direita mas tem de possuir sabedoria para se conduzir também pela esquerda, pode ter opinião pessoal mas não a pode exprimir em nome da opinião colectiva...

Há dirigentes que quando se apresentaram a sufrágio não se catalogaram, não se definiram politicamente. Então com que direito aparecem agora contra aqueles que os elegeram apenas porque descobriram que os seus eleitores não pensam exactamente como eles e que não lhes teriam dado o voto se por acaso tivessem adivinhado as intenções menos claras...

Grassa pelo país um conjunto de grupelhos que se dizem defender os que na guerra se diminuíram... Prometem de tudo! Reforma aos cinquenta e cinco anos, um cartão de associado que abre portas de hospitais e centros de saúde, hipótese de

junta médica para uma pensão de reforma que alivie a velhice. Basta ter-se estado na guerra, dizem, para que a mente se sinta transtornada, para que o corpo se sinta cansado. Fazer-se de doido no emprego, questionar os colegas e os patrões por dá cá aquela palha, usar linguagem de violência que prenuncie uma hipótese efectiva de confronto físico... falar dos casos que os jornais noticiam, dos homens de cinquenta anos que se agarram a uma espingarda e fazem um disparate a merecer honra de primeira página.

Primeiro louvar o ministro, fazer acreditar na varinha de condão que ele possui para resolver os sonhos que se propagam em mentiras. Depois ameaçar com manifestações, com gritarias de rua; uma grotesca forma de protesto que mistura um saudosismo de legionário (usam boinas, estandartes, cinturões...) com a berraria que simulam ser revolucionária. Entre Fátima e o monumento aos que tombaram na guerra vão preenchendo o vazio dos dias a procurar os inocentes que caem com mais umas quotas e que abafam a raiva

quando se dão conta do logro.

É também como que raiva o que me vai por dentro e me faz de vez em quando pescar as palavras vagabundas que vão dando corpo à rebeldia que me alimenta. Não escrevo para ter um lugar, para conseguir prestígio corporativo, para representar quem quer que seja. Tudo disso já tive na vida. Não represento quem quer que seja e ainda não abdiqueei de escolher o meu próprio caminho. Um caminho sem papagaios, sem profetas da desgraça, sem fazedores de promessas...



Episódios

prosaicamente a casualidade que deu origem ao fenómeno.

Na história que vou contar - verídica como todas as outras - a honrosa responsabilidade da cura cabe à televisão, ou mais propriamente à publicidade televisiva.

Até aqui nada de estranhar: vê-se cada coisa nesta arte da publicidade que bem se pode lançar à conta de sobrenatural. Mas neste caso concreto tudo se passou pela negativa.

Naqueles idos dias do Hospital Militar Principal, apareceu mais um daqueles casos que muito honram o apoio sanitário dessa época. O nosso homem tinha, entre várias outras, lesões no cérebro que lhe tinham tirado o uso da fala. Feito mudo, nem podia corresponder à letra às

irreverências que no HMP eram uma forma empírica de terapia, a que ele também não escapava.

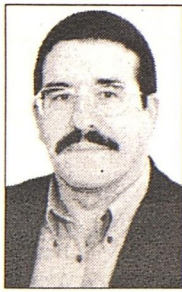
Até que um dia, estando à frente de um televisor (ainda a preto e branco!), ao ver um anúncio em que um artista ficava com um volume de espuma de barba até ao peito, enquanto dizia, a contra-senso, que "estes publicitários são uns exagerados", não se conteve e gritou:

- Exagerada é a p.....que o p...!

Dita a frase, caiu em si: tinha falado! Coisa que não acontecia há doze meses! Daí se seguiu que foi comunicar a tudo e a todos que se tinha curado - graças a um anúncio da televisão.

Uma das consequências da cura foi que nunca mais se calou. E ainda bem, porque tem estado sempre na linha da frente das

O ELO mais forte



José Diniz

O nosso Jornal completou no dia 23 de Novembro mais um ano de vida. Foi um ano vivido intensamente com alguns acidentes de percurso, alguns constrangimentos financeiros, mas sempre animados para levar aos associados e leitores a melhor informação possível.

Não realizámos tudo o que tínhamos projectado. Gostáramos, por exemplo, de ter concretizado a renovação gráfica do ELO, com mais espaço e conteúdo mais variado, mas, por circunstâncias várias alheias à nossa vontade, isso não foi possível.

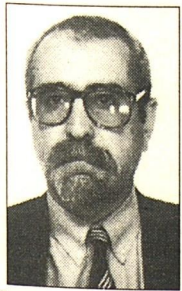
Os nossos associados merecem um jornal de qualidade que lhes leve todos os meses o pulsar da vida associativa, os avanços das reivindicações legislativas, uma nova esperança de verem os seus problemas resolvidos e também outros escritos de carácter formativo, recreativo e cultural. E é o interesse e até o entusiasmo que muitos associados nutrem por este Jornal que nos tem animado a prosseguir nesta missão. Temos consciência de que para muitos a chama e a força da nossa Associação se manterá bem viva enquanto este mensageiro chegar regularmente a suas casas.

Nas muitas cartas que recebemos na Redacção apercebemo-nos de que, para muitos associados o ELO é o espelho da ADFA, ou mais, a ADFA é o ELO. Escrevem para o ELO a expor os seus problemas, quando mudam de morada comunicam ao ELO, quando o ELO se atrasa uns dias ou não o recebem mesmo, reclamam para o director. Têm as quotas em dia para que o ELO não lhes falte.

Para todos o jornal é o grande elo de ligação e de unidade. Por isso, não pode ser o elo mais fraco da grande cadeia que é a ADFA. Tem que ser o elo por excelência. E para manter esta excelência, deve estar aberto a todos os associados, deve projectar a ADFA para o exterior e não lhe podem ser regateados meios.

Foi, com certeza, assim que o entenderam os seus fundadores e, por isso, o baptizaram com este feliz nome. •

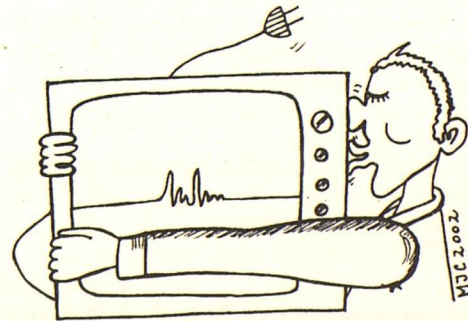
P.S. - Toda a equipa do ELO agradece as muitas manifestações de regozijo, de carinho e de incentivo recebidas por ocasião do aniversário e deseja a todos os associados, leitores e amigos um feliz e santo Natal e um Ano Novo cheio de felicidades e esperança.



Santa Clara Gomes

A cura milagrosa

Curas milagrosas foram já aqui referidas, mas muito mais há que contar. E o mais interessante é saber as causas dessas curas: qual o santo milagreiro, o a fonte virtuosa, o "pai de santo" ou mais



reivindicações da ADFA, que muito tem beneficiado da sua militância associativa.

Felizmente, a RTP nunca soube desta cura. Porque, a saber, teria decerto tentado cobrar por isso, ou tentado tirar partido do milagre, explorando o nosso homem nalgum programa de "reality show". •

Coimbra - Opinião

Coimbra "Antes, Agora e Depois"

Não nos dirigimos aos associados da Delegação de Coimbra da ADFA mais cedo, não porque o não quiséssemos fazer, mas por entendermos que a estabilização dos serviços administrativos era essencial.

Foram acontecimentos que a todos nos afectaram, nomeadamente a trágica e inesperada morte do nosso camarada Lucas.

Agora já praticamente em velocidade de cruzeiro, tanto associativo como administrativo, sem querer entrar em polémicas seja com quem for, não porque o confronto nos intimide, mas porque o tempo é de trabalho e não de palavras.

A Comissão Administrativa é formada por um conjunto de associados com experiência associativa que não usurparam o poder, tão somente entenderam que acima de tudo estão os associados a verdadeira essência da ADFA.

Não somos clandestinos, nem estamos agarrados a nada.

A Comissão Administrativa foi nomeada pela Direcção Nacional, no uso dos seus poderes.

Temos opiniões próprias, não somos rebocadores mas também não permitimos que nos reboquem.

A Direcção Nacional é a legítima locomotiva. Estamos com ela. Damos apoio, mas não abdicamos da crítica e do confronto de opiniões.

Estamos conscientes dos deveres, conhecemos os direitos, mesmo daqueles que neste ou naquele aspecto não concordamos. Não admitimos que nos acusem de arrogância ou má fé. Não toleramos o jogo sujo, somos tolerantes, mas não subservientes. Defenderemos os interesses de "todos" os associados. Estamos aqui para servir apenas e só até quando os Sócios e os Órgãos Nacionais quiserem.

Nunca serviremos pessoas, serviremos isso sim a instituição.

A Delegação de Coimbra desde os primeiros tempos, esteve sempre na primeira linha da

frente. Há quem não se recorde porque o seu pouso era outro, mas todos desta Comissão sentiram na pele o desbravar dos alicerces de onde se ergueu a ADFA.

Temos as nossas ideias, respeitamos as opiniões contrárias. Não será neste espaço de tempo feita quaisquer transformações de fundo. Sabemos as competências que temos. Esta Delegação tem história no universo associativo e vai continuar a tê-lo, que ninguém tenha dúvidas.

Estas instalações não servem os interesses dos associados pelo menos da grande maioria, mas agora é o que temos e vamos estimá-las, preservá-las, respeitá-las e muito principalmente dignificá-las.

A nível interno o serviço de atendimento teve alguma dificuldade, é verdade, mas hoje está em pleno funcionamento. Com a entrada de um trabalhador o serviço está a restabelecer-se e os nossos associados sentem-se protegidos. De realçar o empenhamento e a compreensão de alguns, antes anestesiados por forma muito sui generis do associativismo.

Aproveitar o que temos sem custo e minimizar as despesas é a estratégia adoptada, sem qualquer perda de qualidade na prestação de serviço.

O espaço de atendimento, tem outra postura, mais aberta, funcional, acolhedor para quem aqui trabalha e nos visita, no entanto não estamos satisfeitos, há que melhorar ainda mais. Somos ambiciosos.

Para melhor preservação dos processos, confidenciais entenda-se, foram removidos para a sala contígua, sala essa que até determinada altura servia de dormitório de alguém estranho à ADFA. O seu aproveitamento funciona hoje em acumulação de arquivo geral de processos, ficheiros, fotocopiadora e como sala de reuniões.

Atendimento personalizado com garantia de dignidade para os associados, é a imagem de

marca que se pretende para quem nos visita.

Não é possível que a Delegação tenha duas viaturas ao seu serviço, A carrinha é realmente necessária, actividades desportivas, as deslocações mais distantes, acompanhamento de associados, serviços exteriores de apoio, está consignado naquilo que deverá ser realmente o trabalho da instituição como a nossa. Porém, não é de forma alguma admissível, manter o Jipe, no passado esta viatura raramente serviu os interesses do colectivo. Conduzida quase exclusivamente por alguém que não era associado, servia interesses pessoais, que nada tinham a ver com os da ADFA.

Manutenção, gásóleo e seguro, são custos que poderão reverter para outras actividades de verdadeiro interesse dos sócios.

O "Jornal ELO", sempre entendemos a sua importância para a corrente associativa. É bom que se exprimam os associados. Contudo, deverão fazê-lo sem outras intenções, que não seja a verdade, sem ambiguidades, sem atalhos. "Coimbra ainda!, acrescentamos "Agora e o Futuro", marchas sem eufónios. Voo aberto pelos ares ..., Conhecemos a "Passarada", ... Não tentem confundir. Conhecemos a diferença entre o Pardal do Telhado e o Rouxinol.

Escreva-se... Opine-se. Registe a ideia mas quem escreve que se identifique. A capacidade da ADFA está no poder de intervenção, sem medo, no rumo da reintegração. Pela dignidade dos seus associados. Lá fora só nos defenderemos se formos sérios cá dentro, não é a unanimidade o mais importante. Temos de ser lutadores, estar preparados para o sacrifício que a todos deverá ser exigido.

A iniciativa, o querer, o ser solidário vale tanto como a experiência do mais velho dos guerreiros.

Sem esforço não há paz. Sem luta não há vitória. •

A Comissão Administrativa

Apelo

Camarada:

Embora seja obrigação de todo o associado, ter em dias as quotas, "art.º 11, a) dos Estatutos", a verdade é que um considerável número dos sócios não cumpre esta norma estatutária, acreditamos que não o farão por mal.

Porém, para que os direitos de todos os que hipotecaram a juventude sejam defendidos é essencial, indispensável o trabalho da ADFA.

Só em conjunto poderemos e deveremos pugnar pela promoção dos interesses sociais económicos e profissionais dos deficientes militares.

Indispensável da parte de todos, a consciência de que é preciso pagar as quotas.

Estamos a proceder à actualização dos processos, informatização dos mesmos, para um mais eficaz atendimento, com o apoio da nossa DN.

Camarada:

Sendo a única fonte de rendimento da Delegação, para que possamos servir cada vez melhor os sócios, é importante: Pagar as quotas.

Com o trabalho de todos, uma ADFA mais forte, direitos dos sócios melhor defendidos.

Sem esforço não há conquista, sem luta não há vitória. •

A Comissão Administrativa da Delegação de Coimbra - José Soles Girão

Almoço de Natal

Amigo associado,

Como vem sendo hábito ao longo da vida da nossa Associação - Delegação de Coimbra, vamos realizar o tradicional almoço de Natal, no dia 14 de Dezembro (Sábado), pelas 12h30, no Restaurante Pingão, em Ançã.

A tua presença, tal como a nossa, torna-se um acontecimento que não poderão contar com ausências, uma vez que o convívio, fraterno e de camaradagem, contribui cada vez mais para o espírito de amizade e união de que a nossa ADFA tanto necessita.

Apelamos pois, para um esforço adicional, da tua parte e da tua família, para que este dia se torne memorável na vida da nossa Associação - Delegação de Coimbra.

Não faltes e envia a tua inscrição até o dia seis de Dezembro.

Diversas iguarias estarão presentes à nossa mesa: entradas diversas, sopa, bacalhau "à Zé do Pipo", vitela assada com batata, vinhos e outras bebidas, sobremesas, café e digestivo.

As crianças até aos 12 anos só pagam metade. •

A Comissão Administrativa

Lisboa

Pesca desportiva

Teve lugar na Baía do Seixal, no dia 17 de Novembro, o 10º Convívio das Praças da Armadas, celebrado com um concurso de pesca desportiva em que a equipa da ADFA esteve representada.

Entre os 158 participantes, Pedro Coelho ficou em 25º lugar, Américo Monteiro alcançou o 30º, Fernando Sousa conquistou a 32ª posição, seguido por Alberto Moreira no 33º lugar, Jorge Neto logrou alcançar o 40º lugar e José Joaquim não apanhou peixe suficiente para se classificar na geral.

Na classificação por agrupamentos, o grupo do S. Domingos ficou em primeiro, com 5.460 pontos, a equipa do Miratejo em segundo, com 4.940 pontos, seguida do grupo das Praças da Armada, com 4.360 pontos. A equipa da ADFA conquistou um honroso sétimo lugar, com 2.720 pontos. •

Núcleo de Leiria

Plano de Actividades para 2003

O Núcleo de Leiria apresentou ao ELO o seu plano de actividades para o próximo ano, com destaque para o colóquio técnico sobre a problemática do Stress de Guerra.

O Núcleo de Leiria vai realizar, em 31 de Janeiro de 2003, um Colóquio Técnico subordinado ao tema "O Caminho do Stress Pós-Traumático".

O público-alvo desta iniciativa são os médicos internistas, médicos de família e Clínica Geral, dos Hospitais Centrais e Centros de Saúde locais, psiquiatras e psicólogos clínicos, enfermeiros e assistentes sociais.

O encontro destina-se também a sensibilizar público não profissional como os alunos da Escola de Enfermagem de Leiria, os alunos da Escola de Assistência Social de Leiria e a Comunicação Social.

O auditório da ESTG foi o local escolhido para esta realização.

Do programa constam:

1.º PAINEL

09h00 - Recepção dos convidados e participantes

09h30 - Sessão de Abertura com o governador civil de Leiria, os presidentes da Câmara de Leiria, Junta de Freguesia de Leiria, da DN da ADFA, da Comissão Administrativa da Delegação de Coimbra e da Direcção do Núcleo de Leiria.

10h10 - Início dos trabalhos

10h10 - "A preparação do homem para o teatro de campanha" - Coronel Jorge Maurício

10h40 - "Caracterização do ambiente vivido para adquirir a doença de Stress pós-traumático" - Patuleia Mendes

11h10 - pausa para café

11h40 - "O 1.º Socorro no teatro de campanha" - Dr. José Vale de Ovelha

12h10 - "O Acompanhamento Médico em Campanha" - Dr. José Pedrosa

12h40 - "A Integração do Ex-militar na Vida Civil" - Maria Odete Martins (esposa de ex-combatente)

13h10 - Almoço

livre, um jogo de Basquete em cadeira de rodas, variedades com o Rancho de Leiria, a Orquestra de Bombos da Marinha Grande, e outros, uma sessão de autógrafos de jogadores futebol e a actuação da Banda dos Bombeiros Voluntários de Leiria. •

II Concurso de Pesca de Mar

Com data prevista para 14 de Setembro de 2003, pelas 08h00, está também programada a realização do II Concurso de Pesca de Mar, organizado pelo Núcleo de Leiria, na Praia do Pedrógão. •

2.º PAINEL

14:30 - "A importância do acompanhamento da Assistência Social no tratamento e acompanhamento do stressado pós-traumático" - Dr.ª Vera Mouta

15h10 - "Não sei o que tenho... Estudo de Caso" - Dr. João Velloso

15h50 - pausa para café

16h20 - "Avaliações e Intervenções Terapêuticas" - Dr. Fernando Pereira e Dr.ª Teresa Carvalho

17h20 - Debate (moderador: Dr. António Carreiro)

18h20 - Conclusões e Sessão de Encerramento (coronel Santa Clara), com um representante do MDN, o governador civil de Leiria, os presidentes Câmara Municipal e da Junta de Freguesia de Leiria, o secretário Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, o coordenador da Sub-Região de Saúde de Leiria e o presidente da DN da ADFA. •

RV

"O 25 de Abril e a Cidade de Leiria"

O Núcleo de Leiria vai realizar um Café-Colóquio sobre "O 25 de Abril e a Cidade de Leiria", no Auditório do Arquivo Distrital de Leiria, com data prevista para 29 de Março de 2003, pelas 17h00. •

Almoço de Natal 2003

O plano de actividades do Núcleo de Leiria inclui a realização do almoço de Natal de 2003, no dia 14 de Dezembro, pelas 12h00 horas, na Quinta do Fidalgo, Batalha. •

RV

Stress de Guerra no Alto Tâmega



Municipal e muitos ex-combatentes que animaram o debate proporcionando a oportunidade para o esclarecimento de algumas dúvidas sobre o funcionamento da Rede Nacional de Apoio e outra legislação militar.

No dia 19 tiveram lugar mais duas acções, de manhã em Vila Pouca de Aguiar e à tarde em Valpaços.

Na primeira das localidades participaram diversos Presidentes de Junta de Freguesia e Representantes da Câmara Municipal.

O Jornal "Mensagens Aguiarenses" e a Rádio "Aguiarense" estiveram presentes e divulgaram os objectivos pelo que esta acção acabou por ter um grande impacto na Comunidade local.

Em Valpaços, para além dos Representantes das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal, participaram cerca de sete dezenas de ex-combatentes os quais acorreram ao auditório do Centro Cultural com a expectativa de que a acção tivesse outros objectivos. Face à comunicação e às explicações dadas pela equipa da ADFA notou-se que existe na Região uma informação pouco correcta sobre a legislação que ultimamente tem sido publicada e que os tem levado a pensar virem a serem beneficiados com a atribuição de pensões por terem estado no ex-Ultramar.

Também a Imprensa local esteve presente e deu divulgação ao evento.

O último dia foi destinado às localidades de Boticas e Chaves, tendo-se realizado duas palestras, igualmente uma de manhã e outra de tarde.

Estas contaram com a presença do Presidente da Direcção Nacional Patuleia Mendes e com Armando Alves, também membro da mesma Direcção Nacional.

Nestas duas acções estiveram presentes Representantes quer de Juntas de Freguesia, quer das Câmaras Municipais, para além de em Chaves ter participado Representantes do Núcleo da Liga dos Combatentes e da Associação Portuguesa de Deficientes.

Centros de Saúde ausentes

Em todos os debates esteve bem patente a grave situação de carência de médicos e técnicos de saúde neste Região. Porém apesar dos contactos estabelecidos com os centros de saúde apelando à sua participação, a verdade é que as mesmas primaram pela ausência, facto que se lamenta visto que os serviços da Delegação recebem frequentemente muitas solicitações dos mesmos para a prestação de informações relacionadas com o funcionamento da Rede Nacional de Apoio.

Certamente que esta situação irá ser objecto de reflexão junto da Comissão de Acompanhamento do Ministério da Defesa Nacional.

Balanco positivo

A Equipa da Delegação do Porto que preparou, organizou e executou este Projecto faz um balanço positivo quanto à forma como o mesmo foi implementado, pois permitiu estabelecer muitos contactos, clarificar algumas situações e divulgar a forma como muitos ex-combatentes portadores do Stress Pós Traumático de Guerra poderão ser encaminhados e apoiados.

É intenção dar continuidade a este projecto noutras Regiões da área da Delegação para que se possa cumprir um dos objectivos fixados no protocolo com o Ministério da Defesa Nacional. •

AF

Associados falecidos

Aos familiares e amigos dos associados falecidos apresentamos as nossas mais sentidas condolências

Duarte Ferreira Alves

Associado n.º 11427
76 anos
Faleceu no dia
10/01/02



Residia em Paredes.

Fausto Viana

Associado n.º 9940
90 anos
Faleceu no dia
06/10/02



Residia em Tondela.

José Teixeira Ribeiro

Associado n.º 3548
51 anos
Faleceu no dia
09/10/02



Residia em Maureles, Marco de Canaveses. Deixa viúva Maria Idalina Almeida Moreira. Serviu na Guiné.

Serafim Carneiro Nunes

Associado n.º 2676
51 anos
Faleceu no dia
25/10/01



Residia em Alfena, Valongo.

Os concelhos do Alto Tâmega foram palco de um conjunto de acções desenvolvidas pela Delegação do Porto sobre "Stress Pós Traumático de Guerra", no âmbito das competências do Protocolo celebrado pela ADFA com o Ministério da Defesa Nacional.

As acções designadas por "Palestras" foram subordinadas ao tema "Como encaminhar e apoiar os ex-combatentes portadores de Stress de Guerra", tendo sido o objectivo principal a divulgação e a sensibilização dos autarcas locais, dos Técnicos dos Centros de Saúde e dos Órgãos de Comunicação local para os apoios de que os ex-combatentes possam usufruir através da Rede Nacional de Apoio ao Stress de Guerra.

Autarquias dão o seu apoio

Os Executivos das Câmaras Municipais de Ribeira de Pena, Montalegre, Vila Pouca de Aguiar, Valpaços, Boticas e Chaves, deram todo o apoio a este Projecto através da cedência de auditórios para a realização das Palestras.

O conjunto das acções teve início na manhã do dia 18 de Novembro, em Ribeira de Pena e à tarde em Montalegre.

Nesta última localidade foram contactados onze Presidentes de Juntas de Freguesias o Representante da Câmara

cargo da Comissão Instaladora do Núcleo.

- Dia 15 de Dezembro: Almoço de Natal dos associados do Distrito de Viana do Castelo: o programa inclui: 10h00 - Concentração junto à Estação dos CTT, no centro de Caminha; 11h00 - Missa pelos associados falecidos, na Igreja Paroquial de Venade; 12h30 - almoço no Restaurante Café "Calçada", em Venade/Caminha. A organização está a cargo dos associados Abílio Pombal, Deolindo e Luís Marrocos.

Estão previstos convívios em Vila Real e Castelo de Paiva, os quais serão oportunamente divulgados junto dos associados desta áreas. •

Museu Militar do Porto

Realizou-se no dia 19 de Novembro, mais uma conferência no museu Militar do Porto.

O tema foi "150 anos de História Militar do Porto", e esta palestra inseriu-se no ciclo de outras já realidades. •

MDN em Castelo de Paiva

O ministro da Defesa Nacional, o secretário de Estado da Defesa Nacional, o comandante da Região Militar do Norte e outras entidades civis e militares estiveram presentes no dia 27 de

Outubro, em Castelo de Paiva para tomarem parte numa cerimónia de homenagem aos ex-combatentes de Castelo de Paiva falecidos e proceder à assinatura de um Protocolo com a Associação dos Combatentes do Ultramar Português. •

Festa de Natal

A Festa de Natal da Delegação do Porto vai ter lugar no dia 21 de Dezembro e é destinada aos filhos e netos dos associados.

Os pais e avós das crianças interessados em colaborar na organização da festa devem entrar em contacto com a Delegação.

Será organizado um sorteio para ajudar a custear as despesas, devendo os associados inscreverem os netos até ao dia 15 de Dezembro e efectuar a sua aquisição no acto das inscrições.

CERCÍ Gaia celebra "25 Anos"

A Cerci - Gaia celebrou a passagem dos seus 25 anos de existência, com a inauguração no dia 23 de Novembro, de um Lar Residencial.

O acto contou com a presença do governador civil do Porto e de Representantes da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia. •

AF

GYMNASIUM

(Ginástica de Recuperação, Correctiva, Manutenção e Estética)
Direcção: Prof. Luís Sequeira

Encontram-se abertas para DFA e familiares 2 classes (de 4 pessoas cada) a funcionar gratuitamente no meu ginásio e sob a minha orientação. Informações e inscrições: 2ª e 5ª das 11h00 às 12h00 na ADFA, direcção da Delegação de Lisboa; 3ª e 6ª das 9h30 às 11h00 no Gymnasium.

Rua António Patrício, 7, C/V. Esq. - 1500-094 Lisboa
Telefone: 21 797 62 64.

CONVÍVIO

30 de Novembro de 2002

Grupo de Cavalaria 345 • Angola 1961 a 1964
No Regimento de Cavalaria 3 em Estremoz

Contactos:

Luis de Melo Corrêa - Telef.: 21 3909078/21 3901431 Tm.: 91 9697963
Rui Machado da Cruz - Telef.: 21 2181090

Castelo Branco

Associados celebram Natal em Vila Velha de Ródão

O prenúncio do associativismo, da Delegação da ADFA em Castelo Branco, é de esperança. Tira-se esta conclusão, nos nossos encontros associativos. O número de comparências, vai sempre além das esperadas.

Se havia quem estivesse nesta Comissão Administrativa, para dos inventos concluir, se valia ou não a pena meter-se nestas andanças, por mim digo: vale sim, temos que continuar.

Pensamos que a hibernação de alguns longos anos acabou. Sempre que a vossa presença seja solicitada, digam presente. Os nossos interesses conferidos pela legislação são para a razão da nossa luta.

Já temos Plano de Actividades para o

primeiro semestre de 2003. Será apresentado aos associados no almoço de Natal. Neste plano teremos previstas actividades a nível nacional. Contamos com o apoio da DN.

O companheiro Carlos Bicho, no nosso último jornal ELO, pedia paciência aos associados, que se estava a tratar da abertura da nossa Delegação. Compete-me a mim ser arauto da boa nova. As portas da nossa Sede abriram-se, com uma funcionária permanente, a tempo inteiro, das 09h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00, assim até que a vontade expressa dos associados seja esta.

Orçamento para 2003, também já temos. Não é bem como esperávamos, esperamos a compreensão dos Órgãos Nacionais. Há

razões para este orçamento: uma delas será o grande absentismo no pagamento de quotas.

Faço um apelo para o nosso almoço de Natal. Tragam os associados que por algum motivo estão afastados da Associação, pois no almoço terão a possibilidade de regularizar a sua situação.

O convívio vai decorrer, como já anunciado no Complexo Turístico de Vila Velha de Ródão. A concentração tem lugar pelas 12h00. Antes do almoço daremos conta das nossas actividades e esclarecimentos legislativos.

Tragam os familiares e prendas para a troca.

Está convidada para o nosso convívio a

senhora presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, que terá uma palavra amiga para as esposas em geral de todos os Deficientes das Forças Armadas. Companheiras não falem a este evento associativo!

O preço por pessoa é de 13,00 euros para adultos e de 7,00 euros para crianças. A inscrição pode ser feita até dez de Dezembro.

Podem ser contactados os telefones: Delegação de Castelo Branco - 272 341 201; João Mendes - 93 455 0131/96 827 7717; Carlos Bicho - 96 397 4354. •

João Mendes

Famalicão

Votos de Boas Festas

A Direcção da Delegação de Famalicão e restantes Órgãos Sociais, vêm por este meio, desejar a todos os seus associados, familiares, trabalhadoras, colaboradores, fornecedores e amigos, um Bom Natal e um Próspero Ano Novo.

Estes votos de Boas e Santas Festas, são extensivos a toda a ADFA. •

Contagem do tempo de serviço

O prazo para o preenchimento do impresso para contagem do tempo de serviço militar para efeito de reforma foi prorrogado até 31 de Dezembro deste ano.

A Delegação de Famalicão procederá ao preenchimento até ao dia 13 de Dezembro, de Terça a Sexta-feira, das 14h30 às 18h00, "horário que será escrupulosamente cumprido", segundo a Direcção da Delegação.

Os dirigentes deixam o apelo: "se ainda o não fizeste, faz o seu preenchimento o mais cedo possível, não guardes para a última hora, o que podes fazer atempadamente". •

Horário de atendimento

A Delegação de Famalicão funciona de Segunda a Sexta-feira, das 09h30 às 12h00 e das 14h00 às 18h00. •

Actualização de moradas

A Delegação de Famalicão apela aos

associados para que procedam à actualização de moradas e de códigos postais (4 + 3 dígitos - exemplo do código postal da Delegação: 4760-038 Vila Nova de Famalicão). •

Saúde Militar

Os recibos médicos para comparticipação pela Assistência Médica Militar referentes ao mês de Dezembro devem ser entregues na Delegação de Famalicão até ao dia dez de Janeiro de 2003, para recebimento da comparticipação. •

Consultas Médicas na Delegação

A Delegação de Famalicão informa que "continuam em funcionamento as consultas de Clínica Geral, com o Dr. Ricardo Lemos, na Sede Delegação. O atendimento processa-se à Segunda-feira de tarde e as consultas de Psicologia com a Dr.ª Ana Conde, à Quarta-feira de manhã e Quinta-feira de tarde. Para as consultas é necessária marcação prévia. •

Festa de Natal

A Delegação de Famalicão vai realizar a Festa de Natal dedicada aos nossos filhos e netos no dia 15 de Dezembro, Domingo, pelas 09h30, no Teatro Construção de Joane, em Joane, Vila Nova de Famalicão.

Do programa constam a actuação dos palhaços, animação e música, e a habitual distribuição de brinquedos, chocolates e balões às crianças inscritas, até aos dez anos de idade.

A Festa de Natal realiza-se na área de Famalicão, em cumprimento do plano de

actividades proposto pela Direcção de Delegação, descentralização, rotatividade e dinamização das actividades.

"Para que a Festa continue a ser um sucesso, apelamos mais uma vez à tua colaboração, pois as despesas com a sua realização são ano a ano cada vez mais elevadas. A Delegação continuará como sempre fez, a suportar o grosso das despesas, mas é impossível suportar a sua totalidade", refere o presidente da Direcção da Delegação, Anquises Carvalho.

O pagamento deve ser efectuado obrigatoriamente até ao dia 30 de Novembro.

"Comparece e proporciona que esta Festa seja de muita alegria, amor e fraternidade, além de um são convívio entre todos nós. Contamos contigo e com os teus. Comparece. Colabora connosco", apela o dirigente. •

Ceia dos Reis 2003

O Núcleo de Guimarães vai levar a efeito a tradicional Ceia dos Reis, que se realiza no dia 11 de Janeiro, no Café Restaurante "GILDE", em S. Torcato (Sr.Cunha).

O encontro tem início pelas 19h00, no Núcleo de Guimarães.

O preço por pessoa é de 20,00 euros e as inscrições efectuam-se no Núcleo de Guimarães e na Delegação de Vila Nova de Famalicão. •

Encerramento da Delegação

A Delegação de Famalicão encontrar-se-á encerrada nos dias 23, 24, 25, 30 e 31 de Dezembro e um de Janeiro de 2003. •

Núcleo de Guimarães

A deslocação das funcionárias da Delegação ao Núcleo de Guimarães, terá lugar no dia 21 de Dezembro e não no último Sábado do mês. •

Évora

Convívio de Natal

Do convívio de Natal da Delegação de Évora, no dia 21 de Dezembro, a realizar em Elvas, com início às 10h00, vão constar as seguintes actividades: 08h40 - Partida de Évora (autocarro; junto à Delegação); 10h00 - Concentração no Forte de Santa Luzia, em Elvas; 10h00/11h30 - Visita ao Museu Militar do Forte de Santa Luzia; 12h00 - Homenagem a associados falecidos, no Cemitério de Elvas; 13h00 - Almoço, no Restaurante Farrapa (Estrada de V. Fernando); 15h00 - Entrega de lembranças, a associados com 25 anos ou mais de associados; 15h30 - Entrega de brinquedos a filhos e netos de associados; 16h00 - Animação cultural; 17h00 - Lanche.

O preço do almoço e transporte por pessoa é 12,50 euros para adultos, 7,50 euros para crianças dos sete aos 12 anos e para crianças até aos seis anos o convívio é gratuito.

As inscrições devem ser feitas na Delegação ou através do telefone 266 703 473. •

Madeira

Festa de Natal

A Delegação da Madeira vai realizar a tradicional Festa de Natal no dia oito de Dezembro, no restaurante "A Parreira". Os associados interessados podem contactar a Delegação pelo telefone 291 765 171. •

Férias na Delegação

A Delegação da Madeira vai estar encerrada de 18 a 31 de Dezembro. Para qualquer informação de reconhecida importância os associados devem contactar o telefone 291 765 171 ou 291 204 724. •

Viseu

Ciclismo serra acima

A equipa de ciclistas da ADFA de Viseu participou, com a colaboração da Associação Académica de Viseu e do associado Noronha, da Delegação do Porto, na subida à Serra da Estrela em bicicleta.

A prova foi dura e só ultrapassada pela coragem e valentia dos participantes. "Subir a Serra da Estrela não é pèra doce!", comentava-se à chegada.

"A formação de uma equipa de ciclismo vai com certeza tornar-se uma realidade", salientou João Gonçalves, presidente da Direcção da Delegação de Viseu, que apelou a todos os associados que praticam esta modalidade para contactarem a Delegação de Viseu, com o objectivo de "acertar todos os detalhes para a funcionalidade desta bonita modalidade, em Viseu". •

JORGE MENDES, IRMÃO & CA. LDA.

Atoalhados • Fazendas Brancas • Camisaria • Malhas • Roupas Interiores

Fornecedores de:

Hospitais, Clínicas, Câmaras Municipais, Escolas, Hotéis, Forças Armadas, Infantários, Museus, Laboratórios, Departamentos Universitários, Etc.

Desconto 10% a todos os Associados
(excepto épocas de Saldos)

Praça do Comércio, 97-99-101-103 • 3000-116 COIMBRA

Tel.: 23 982 4284 • Fax: 23 984 1779

Conselho da Delegação de Lisboa

O Conselho da Delegação (CD) de Lisboa aprovou o Plano e Orçamento para o ano 2003 na reunião de nove de Novembro, que contou com a presença dos representantes de dez Núcleos, membros da Lista Autónoma e de todos os Órgãos Sociais da Delegação.

Após "viva discussão", foi aprovada por unanimidade uma moção a enviar à Direcção Nacional "no sentido de sensibilizar à não aplicação do corte de dez por cento na dotação mensal atribuída com base no subsídio do MDN".

O CD considerou que "para uma Delegação em fase de afirmação e em construção de um projecto associativo integrador dos cerca de 5.500 associados e familiares será altamente pernicioso a adopção de tal medida castradora das reais

expectativas criadas".

Teve também lugar a tomada de posse das direcções dos núcleos de Santarém, Oeiras, Amadora, Vila Franca de Xira e Torres Vedras no início da reunião, possibilitando que esses núcleos nela participassem de pleno direito.

No final dos trabalhos seguiu-se um animado Magusto onde dirigentes da Delegação, associados e familiares confraternizaram em alegre



DELEGAÇÃO DE LISBOA

saudação ao S. Martinho e ao "Deus Baco". • RV

Câmara Municipal da Azambuja

Audiência com a Delegação de Lisboa

As direcções da Delegação de Lisboa e Núcleo de Aveiras, foram recebidas em audiência no passado dia 15 de Novembro pelo presidente da Câmara Municipal da Azambuja, Joaquim Neves Ramos.

Foram expostas as dificuldades do Núcleo de Aveiras ao nível das "exíguas instalações que já não respondem minimamente às expectativas dos deficientes militares e familiares residentes naquela área", referiu a

Direcção da Delegação.

Segundo os dirigentes, as instalações do Núcleo de Aveiras, no Mercado Municipal, "não dão resposta às actividades associativas desenvolvidas localmente", e vêm sendo enviados esforços para encontrar uma alternativa que permita o normal desenvolvimento desta estrutura associativa.

O autarca ficou sensível ao problema e comprometeu-se a desenvolver os melhores

esforços no âmbito autárquico, que poderão passar por conversações com a Cruz Vermelha e Junta de Freguesia de Aveiras, no sentido de poderem disponibilizar um espaço adequado aos objectivos da ADFA.

O presidente da Delegação de Lisboa, Francisco Janeiro, ofereceu ao edil a medalha comemorativa do 1º Aniversário da Delegação, convidando-o a visitar a Sede. • RV

Almoço de confraternização

Homenagem ao sargento-mor enfermeiro Louro

A Direcção da Delegação de Lisboa convidou para visitar e almoçar na Sede, o enfermeiro fisioterapeuta Louro, do HMP, que, durante os anos da Guerra Colonial, prestou a muitos deficientes militares os primeiros cuidados de saúde, "que ficaram indelevelmente marcados nas nossas vidas".

No almoço, foram recordados episódios de há 30 anos, "os gestos de solidariedade e os actos de rebeldia tão próprios dos 20 anos e que no nosso caso foram marcados por uma Guerra que destroçou muitos jovens da nossa geração", referiu a Direcção da Delegação.

"O presente e as memórias são faces da

mesma moeda que a vida vai "cunhando" nos nossos quotidianos e com este almoço tão agradável e com outros que se seguirão, recordamos as mãos que um dia se juntaram entre angústias e esperanças do nosso passado", referiu a Direcção da Delegação. • RV

Aveiras de Cima

Núcleo de Aveiras mantém tradição

No dia nove de Novembro, o Núcleo de Aveiras realizou a sua tradicional Noite de Fados, na qual participaram cerca de 200 associados, familiares e amigos incluindo um número substancial de elementos que participaram em Lisboa, nesse dia, no Conselho de Delegação e no magusto que se seguiu.

No evento onde se ouviram as "lindas vozes" do fado ribatejano, esteve presente o presidente da Câmara Municipal de Azambuja, Joaquim Ramos, e outros autarcas locais, "assinalando o interesse e a sensibilidade que demonstram para com a ADFA e os deficientes militares", sublinham os dirigentes de Lisboa.

A Direcção da Delegação de Lisboa realçou "a boa organização deste evento, fruto do trabalho dos elementos da Direcção do Núcleo" e agradeceu aos artistas que a título gracioso deram mais uma vez a sua colaboração ao Núcleo de Aveiras e à Delegação. • RV

Grande Noite de Fado

No dia 25 de Outubro realizou-se na Delegação de Lisboa a Grande Noite de Fado, que contou com a presença de cerca de 130 pessoas, entre associados, famílias e artistas.

"Este convívio proporcionou momentos de grande e sã camaradagem", considerou Fernando Carvalho, da Direcção da Delegação, que acrescentou que alguns associados compareceram pela primeira vez, atraídos pela informação que obtiveram junto de outros associados sobre os anteriores eventos.

Animaram a noite de convívio 18 fadistas e dois músicos na guitarra e na viola, destacando-se a actuação de dois associados, "em especial o

camarada Parreira, que além de ser um bom fadista, animou os presentes com uma excelente actuação humorística", lembrou o dirigente.

Actuaram também Fernando Varela, José Manuel, Débora Mata, Isabel Mata, Daniel Duarte, Jaime Duarte, Emídio Gomes, Alice Nunes, Adriano Santos, Leila Nunes, Rui Varela, Dina Maria e Zeca Santos. Na guitarra esteve Jorge Mata e na viola Vítor Tiago. Carlos Oliveirã teve a seu cargo a apresentação. • RV



Mensagem de Natal

Os Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa desejam a todos os associados e seus familiares um Natal de solidariedade e um Feliz Ano Novo de Paz e de Esperança na concretização dos profundos anseios de justiça e reconhecimento dos valores morais e materiais que nos são devidos. •

Sorteio, Viagem Fim de Semana em Aveiro

Realizou-se na Sede da ADFA, no dia nove de Novembro, um sorteio que, na presença dos Órgãos Sociais da Delegação de Lisboa, contemplou com um fim de semana turístico à Ria de Aveiro o associado Nelson Augusto Figueiredo de Azevedo. •

Serviço de Acção Social

A Delegação de Lisboa informou que o serviço externo do Serviço de Acção Social passa a ter lugar às quintas-feiras à tarde por conveniência do serviço. •

Ano Europeu das Pessoas com Deficiência

O Serviço de Acção Social da Delegação de Lisboa informa que, no âmbito das actividades alusivas ao Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, vai desenvolver contactos com os associados portadores de deficiência motora, com incapacidade superior a 60 por cento.

Fazer um levantamento das barreiras arquitectónicas existentes nas zonas de residência dos associados para posterior intervenção da Delegação junto das respectivas autarquias; proceder ao diagnóstico dos apoios que os associados necessitam por parte da ADFA; e recolher sugestões de actividades a desenvolver no Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, são os objectivos da iniciativa. • RV

Delegação de Lisboa

Festa de Natal

14 de Dezembro

Programa

12h00 - Almoço no Edifício Sede - bacalhau cozido com todos, sopa, pão, sobremesa, bebida e café

15h00 - Animação no Lar Militar, com palhaços, magia e entrega de prendas

No final será servido um lanche. (Lembranças para filhos e netos de sócios até 12 anos)

Preço por pessoa:

7,50 euros

Inscrições até sete de Dezembro

Tel.: 217512600

Documento entregue ao ministro da Segurança Social e do Trabalho

ADFA por uma nova política de reabilitação

A Direcção Nacional enviou, em Julho passado, ao ministro da Segurança Social e do Trabalho, Bagão Félix, um documento com o contributo da ADFA "para a reabilitação e integração de toda a população deficiente portuguesa e, em especial dos Deficientes das Forças Armadas", referiu o presidente da DN, Patuleia Mendes. A Associação aproveitou para solicitar uma audiência com Bagão Félix.

A ADFA pensa ser importante o equacionamento de uma "filosofia de futuro totalmente renovadora de mentalidades, formas, eficiência e eficácia, para que a qualidade de vida e integração sócio-profissional dos cidadãos deficientes seja uma muito meritória e esperada realidade no Portugal de amanhã", referiu o dirigente.

A ADFA vai formalizar o convite para uma visita ao CRPG, "para lhe expormos, de viva voz, a nossa sincera participação para uma mudança profunda e operacional da lei de bases da reabilitação", conclui o presidente da DN.

A DN lembra que foi através da "intervenção discreta" de Bagão Félix que o Centro de Reabilitação Profissional de Gaia (CRPG), em Arcozelo, foi criado e convertido em centro de gestão participada, como "estrutura de vanguarda, no topo da

qualidade na prestação de serviços de reabilitação e formação profissional, com créditos firmados a nível nacional e europeu".

O documento enviado ao ministro da Segurança Social e do Trabalho transcreve-se na íntegra (em baixo).

Por uma nova política de reabilitação das pessoas com deficiência

1. Valorizar a política de reabilitação, colocando-a no cerne das políticas sociais, tendo em conta a natureza dos problemas que a justificam

- promoção no seio da sociedade
- promoção ao nível do Governo e da Administração

2. Actualizar e dinamizar a política nacional

- promover uma actualização das concepções e da formulação da política - revisão da Lei de Bases
- dinamizar a implementação da política nacional numa lógica de eficácia e de mobilização efectiva das políticas e dos actores

3. Actualizar a missão dos organismos de coordenação da política e dinamizar a sua intervenção

4. Activar parcerias e dinâmicas de

investigação e desenvolvimento, promovendo a inovação contínua e a melhoria da qualidade das intervenções e dos serviços prestados

- mobilização de instituições, técnicos e investigadores
- mobilização eficaz e qualificada dos recursos disponíveis

5. Promover mecanismos de participação e consulta aos interessados, nos domínios da concepção, da gestão e da avaliação das políticas e dos programas

6. Introduzir dinâmicas de gestão das políticas, programas e estruturas de reabilitação que assegurem eficácia e eficiência, inovação contínua e adequação às necessidades e expectativas dos clientes

7. Mobilizar a intervenção das organizações não governamentais

- contratualizar em bases sólidas e eficazes o apoio às organizações - celebração de contratos-programa

• apoiar o seu desenvolvimento, através de dinâmicas específicas de formação de quadros e dirigentes, e de desenvolvimento organizacional - organização de um Programa-Quadro para Apoio ao desenvolvimento das Estruturas de Reabilitação

8. Afectar à gestão da política de reabilitação dirigentes com competências reconhecidas, nas áreas técnica e de gestão

9. Implementar a rede de centros de

recursos de apoio, prevista no Plano Nacional de Acção para a Inclusão

- prioridade ao apoio à autonomia pessoal, à qualidade de vida e à orientação das pessoas com deficiência e famílias

10. Reestruturar a intervenção no domínio da concessão de apoios para aquisição / atribuição de ajudas técnicas

- definição de um sistema que estabeleça claramente:

- filosofia e princípios
- objectivos
- caderno de encargos do sistema
- metodologia de intervenção
- actores e papéis
- mecanismos de coordenação e controle

11. Reestruturar o sistema de reabilitação profissional

- actualização da formulação da política e dos programas de reabilitação profissional
- estabilização de uma rede de recursos racionalizada, ajustada às necessidades e qualificada

12. Dinamizar a cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, Brasil e Timor-Leste

- integração das questões da deficiência e da reabilitação, no quadro das preocupações estratégicas de desenvolvimento da comunidade dos países lusófonos.

A Direcção Nacional

Escola de Condução Radical



Pensamos em si!!!

Possuimos viatura nova adaptada a todos os tipos de deficiências.

Fácil acesso às instalações de serviços administrativos e às aulas de código.

Horário:

Código das 9h às 21h.

Secretaria aberta das 8h às 21h.

Sábados das 9h às 13h.

Avenida General Roçadas nº 48-A • Lisboa

Telefone: 218 145 210 - 218 152 971 • Fax: 218 162 574

António Gomes de Jesus, associado da ADFA, conta a sua história

"Esperamos muito da Delegação de Castelo Branco"

Angola, 28 de Novembro de 1968. O soldado António Gomes de Jesus encontra-se com a grande viragem da sua vida. Uma mina soprou-lhe estilhaços para a cara, junto aos olhos, e o peito foi cravejado por outro bocado de metal. "Só por um bigode de um gato não bateu no coração, a carne impediu", explica o associado. Ele era o terceiro da fila. "O que pisou a mina, um rapaz do Sabugal, desapareceu com a explosão", constata.

O drama estava longe do final. Em choque, ia reagir mesmo depois de ferido: "ainda disparei uma rajada, mas empurraram-me para não atingir os camaradas". Aquela operação na fazenda "Cunha e Irmãos", em Angola, trouxe-lhe a cegueira e uma vida de dificuldades. Mesmo assim, enfrenta-a com um ar aventureiro, deixando

"Na primeira junta não consideraram o ferimento do peito, que nunca veio a contar", acrescenta. "Fiquei com cem por cento por causa do outro olho", lembra, sublinhando as operações a que se submeteu, sem resultados.

Internado no HMP, ouviu falar do 25 de Novembro. "Que pena não ver, senão ia para a rua com eles..."

Na altura em que a ADFA tomou a ponte sobre o Tejo, nas manifestações que levaram à publicação do DL 43/76, "ouvi tudo na rádio e tive pena de não poder estar na linha da frente".

Fez tratamentos e a sua reabilitação passou pela Fundação Sain, onde conheceu "o grande homem", Bernardo Santareno, a D. Dores e a Fernanda Lapa.

com a ajuda da ADFA já ouve o ELO na sala e adquiriu uma bengala nova (a que usava era a primeira, comprada com o seu dinheiro, há mais de 20 anos...).

Recorda-se de ter ajudado outros deficientes a tornarem-se associados e uma mãe de um militar que morreu na guerra.

Com o novo arranque da Delegação de Castelo Branco, gerida por uma Comissão Administrativa (CA) de associados da zona, António Jesus renovou a sua esperança. Tem comparecido a todos os encontros que pode e realça o esforço feito para estar na Covilhã, no primeiro encontro promovido pela CA. "Fui das termas, do outro lado da Serra da Estrela, para o encontro, depressa, porque queria estar com os meus camaradas", avança.

"Agora tudo funciona mais rapidamente", refere, aludindo aos serviços da Delegação, que já está em funcionamento permanente.

"Nunca li tantos livros como agora". António Jesus faz parte do circuito de livros em cassette que o Serviço Social da ADFA trouxe aos associados, em contactos com a Biblioteca de Gaia. Eça de Queirós, Júlio Diniz e outros autores são leitura favorita, todos os dias, de manhã e à tarde.

Considera "excepcionais" os encontros a que já compareceu, porque se falou "a sério dos nossos problemas".

"Porque não fazer um posto médico na Delegação? E outros serviços?" são sugestões que espera ver realizadas no médio prazo.

"Já tenho reservado o dia 14 de Dezembro para a festa de Natal da Delegação, em Vila Velha de Ródão", afirma orgulhoso. Nesta data vai estar, com a família, a celebrar a vida associativa.



FARINHO LOPES



escapar sorrisos enquanto, com a distância e a calma que os anos lhe proporcionam, conta os episódios mais marcantes do seu passado.

O ELO partiu ao encontro deste associado residente na zona de Belmonte, em Colmeal da Torre, terra do famoso monumento romano "Cetum Cellas", depois de conhecer o seu esforço para se manter em contacto com a ADFA, numa terra tão distante, apesar das estradas.

A mulher e o filho mais velho trabalham numa fábrica e o mais novo estuda na universidade. António Jesus recebe com alegria os "amigos da ADFA". Para ele, a Associação é o meio de poder partilhar alegrias e problemas, uma vez que, segundo a esposa Joaquina Gomes, "em casa é muito calado, fecha-se um pouco, mas quando tem amigos ou encontros com associados, fala muito e entrega-se ao prazer de contar e ouvir experiências".

Os ferimentos resultaram na perda de uma vista. Mais hoje é totalmente cego. Não sabe explicar porquê. "Os médicos nunca me disseram nada sobre o problema do outro olho e, como vêm, acabei por cegar desta vista também", lamenta. Desde os problemas com a evacuação e as dificuldades de medicação, passando pelos "ais" ininterruptos do camarada de quarto no HMP, António Gomes ficou marcado pela guerra.

Quando regressou à sua terra, em casa, brincava com o filho e ia à casa do pai, ajudava em algumas tarefas domésticas, o que ainda hoje faz parte do seu dia-a-dia.

"Eu não queria o dinheiro, queria os meus olhinhos", afirma, endireitando os óculos transparentes, num hábito de anos, talvez ainda de quando podia ver.

"Podia estar a trabalhar na Renault aqui da zona, mas na altura não houve possibilidade", lamenta. Tinha aprendido a escrever à máquina e a fazer de tudo um pouco no processo de reabilitação. Diz que a conjuntura também não ajudou. "Tentei tudo para me integrar no emprego, mas acabei por comprar esta casa que recuperei", refere.

"Agora já me relaxei nos contactos", diz, lamentando a sensação de isolamento que o assalta de vez em quando. Durante alguns anos "não pude contar com a Delegação de Castelo Branco, porque havia alguns problemas administrativos", apesar de acompanhar de perto as suas actividades.

Com 34 anos passados sobre o dia em que se tornou deficiente, o associado tem feito um esforço para participar na actividades da Delegação de Castelo Branco.

António Jesus foi contactado pelo coordenador do Serviço Social da Delegação de Lisboa, Silvério Rodrigues. "Tenho que lhe dar um abraço, pois tinha dificuldades até para ouvir o ELO Sonoro", acrescenta. Agora,

Sobre o ELO diz que "quando chega, leio-o logo". "As cassetes são muito importantes, pois trazem-nos a legislação, a agenda, as notícias e as reportagens com associados que, como eu, estão fora de Lisboa, e assim ficam mais próximos", continua.

As últimas palavras na conversa com o ELO são sobre a família. "A minha mulher é extraordinária e os meus filhos são muito dedicados. Joaquina Gomes tem andado doente. Com 51 anos, diz que "eu também tenho stress de guerra. Eu é que estou com o António". O sorriso esconde uma vida de dificuldades, em família, no trabalho, mas mostra que a paciência, a dedicação e, sobretudo, o amor tudo conseguem.

António Jesus contou a sua história com prazer e não escondeu os momentos de revolta que atravessou. É um exemplo de que, mesmo distante, junto da Serra, a reabilitação é possível. •

Rafael Vicente



Perturbações de pós-stress traumático em ex-combatentes

FARINHO LOPES



Sessão de Abertura do Encontro de Lisboa

Nos dias quatro, cinco e 12 de Novembro realizaram-se em Lisboa, em Coimbra e no Porto, sessões de esclarecimento e de trabalho sobre a temática do stress de guerra, organizadas pelos ministérios da Defesa Nacional e Saúde.

A sessão de abertura do primeiro encontro contou com a presença do representante do ministro da Defesa Nacional, o director-geral de Pessoal do Ministério da Defesa Nacional (MDN), Alberto Coelho, que assumiu que, para o ministério, "esta é uma dívida que temos para com os ex-combatentes, pelo que estaremos sempre disponíveis e com empenho na resolução deste problema".

Em nome do ministro da Saúde, Francisco George, considerou que "o Ministério da Saúde (MS) está consciente de que o stress de guerra veio trazer perturbação à sociedade, tanto no trabalho como na família". Para o representante do MS, "apesar do esforço notável para produzir legislação e mecanismos a ter em conta, as dificuldades surgem com a escassez de pessoal e morosidade das avaliações". Referiu dados recolhidos até Outubro deste ano, em que o número global de processos ascende a 727 (446 são processos em curso nos centros de saúde e 281 foram já referenciados aos serviços de saúde mental), o que "não traduz o número de afectados, mas mostra o trabalho já desenvolvido".

Jorge Barra, coordenador da Comissão Nacional de Acompanhamento da Rede Nacional de Apoio, no MDN, resumiu as várias etapas que levaram à criação da Rede, aludindo à legislação que foi publicada sobre esta temática e aos constrangimentos e falhas apontados ao funcionamento da Rede.

"O papel das organizações não governamentais (ONG) está aquém daquilo que podem fazer", disse, acrescentando que "não todas, mas pelo menos aquelas que há mais anos, no terreno têm acompanhado e tratados deste assunto, como por exemplo a ADFA e a Apoiar".

Para Jorge Barra, estes encontros podem "dar um contributo para o melhor conhecimento desta matéria junto do Serviço Nacional de Saúde, uma vez que estão representados centros de saúde, serviços de saúde mental e profissionais que terão um efeito exponencial de divulgação junto dos próprios médicos".

O papel das ONG é, para Jorge Barra, importante na detecção dos casos de stress de guerra, como pólo junto ao qual os ex-combatentes não têm constrangimentos em expor a sua situação, "uma vez que quem os atende são pessoas que também estiveram na

guerra, que conhecem essa realidade". Para "aproveitar os técnicos que estão ao serviço das associações, é necessário que os ministérios da Defesa e da Saúde pensem a alteração de protocolo, o que pode representar mais encargos, porque estas situações têm despesas", continuou.

Jorge Barra explicou ao ELO que "a Comissão de Acompanhamento vai reunir, tendo como base as conclusões dos encontros, para fazer um ponto da situação, e propor ao poder político e aos ministérios da Defesa e Saúde a necessidade de dar o passo à frente, o avanço qualitativo".

As sessões contaram com a participação de técnicos da área psiquiátrica, que apresentaram a patologia, os seus sintomas e tratamentos farmacológicos.

Além da participação de profissionais de saúde e de técnicos de serviço social, compareceram dirigentes das associações ligadas aos ex-combatentes que expuseram a sua experiência no contacto com os ex-combatentes portadores daquela doença e no acompanhamento da patologia, como é o caso da ADFA.

Nos três encontros, a equipa do Hospital Militar Principal, liderada pelo médico psiquiatra José Leitão, que fez uma abordagem à tramitação dos processos, apresentou o Núcleo de Stress Traumático daquela unidade de saúde militar. Foram também evidenciados pormenores de um estudo efectuado com uma amostra de 585 indivíduos, sobre o Stress de Guerra. As técnicas do HMP referiram um aumento dos casos em 1998/99. A idade média dos indivíduos é de 55 anos, na maioria casados e cerca de 40 por cento concluíram a quarta classe. Mais de 40 por cento são reformados, foram soldados atiradores, tendo a sua maior parte feito a sua comissão em Angola e quase metade correspondem a feridos. As críticas prendem-se com alguma imprecisão, resultante de omissão de informação e da evolução da nomenclatura dos conceitos psiquiátricos.

Na segunda metade de cada encontro, os participantes dividiram-se em vários grupos de trabalho, onde houve oportunidade para partilhar experiências técnicas e associativas, com o intuito de produzir as conclusões gerais dos encontros.

A ADFA participou activamente nas mesas e nos grupos de trabalho, com vários dirigentes e técnicos das áreas da psicologia e serviço social. Além do presidente da Direcção Nacional, Patuleia Mendes, participaram os dirigentes das delegações de Lisboa e Porto.

Patuleia Mendes, presidente da DN, referiu que pode ser criada "uma complemen-

taridade com as ONG, para agilizar este processo, pois temos mais possibilidades de ir junto dos ex-combatentes". O dirigente considerou "negativo" o facto de não estarem presentes nos workshops de Coimbra e Porto os representantes dos hospitais militares regionais daquelas cidades, alegadamente por não terem sido convidados. Patuleia Mendes realçou, nos comentários finais do encontro do Porto, o facto de não terem participado, conforme anunciado, "os mais altos responsáveis políticos", nota que, acrescentou, "deveria constar das conclusões gerais dos encontros".

Os profissionais de saúde queixam-se de "não ter capacidade de resposta", nem pessoal suficiente ou formação adequada para o atendimento e consequente preenchimento dos dois modelos, considerados muito extensos para as capacidades humanas e técnicas dos serviços de saúde.

Uma das críticas prende-se com a necessidade da participação mais activa das associações de ex-combatentes que estejam preparadas para o efeito. No caso da ADFA, que tem duas equipas em funcionamento em Lisboa e no Porto, há vários anos, "esse papel poderá ser assumido, no que trata aos despiste, encaminhamento e acompanhamento", visto existirem na ADFA técnicos e meios que o permitem.

Na perspectiva de muitos técnicos de saúde, as associações de ex-combatentes "têm um contacto mais directo e privilegiado com estes pacientes".

Uma das preocupações que emergiram prende-se com a possibilidade de existência de

fraudes e todo o trabalho que a distinção dos casos verdadeiros exige aos técnicos de saúde e de serviço social.

"Não bloquear os médicos com o preenchimento da parte social dos questionários" foi outros dos pontos levantados nas conclusões. Todos os grupos salientaram a importância da participação das técnicas de serviço social no processo de preenchimento do modelo dois daquele questionário.


"Para que os que necessitam de apoio sejam acompanhados, é necessário detectar os que devem aceder à Rede. Devemos separar o trigo do joio, para que quem precisa seja realmente acompanhado", referiu o presidente da DN, Patuleia Mendes.

Nas conclusões surgiram ainda considerações favoráveis a "creditar-se os serviços e os técnicos das ONG, reforçando a articulação com os serviços públicos".

Apontou-se ainda para a criação de um órgão central (militar) para triagem prévia técnica com equipas multidisciplinares e com avaliação por uma junta militar conjunta para os casos dos três ramos das Forças Armadas.

No encerramento do último encontro, no Porto, Avides Moreira, representante do ministro da Saúde e presidente da Administração Regional de Saúde do Norte, referiu que, "com as conclusões, a ARS Norte poderá estudar melhoramentos ao sistema", disponibilizando-se a "debater e melhorar para ultrapassar as dificuldades".

RV



**ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES
DAS
FORÇAS ARMADAS**

Núcleo de Leiria
Rua Tenente Valadim
2410-190 LEIRIA
244 823 725

Colóquio Técnico
31 de Janeiro 2003

O Caminho
do Stress
Pós
Traumático

INSCRIÇÕES
(Limitadas)

Até dia 10 de Janeiro 2003

Através de folha de inscrição
própria a enviar à entidade
organizadora ou através do
email do secretariado:

coloquiotecnico_adfa@hotmail.com

Henrique de Freitas, secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes em entrevista ao ELO

“A colaboração da ADFA é decisiva”

FARINHO LOPES



O secretário de Estado da Defesa e Antigos Combatentes, Henrique de Freitas

ELO – Ainda subsistem inúmeros problemas que respeitam aos deficientes militares que a legislação não abrange, por ser insuficiente ou ultrapassada. Perante o pouco que se tem progredido no sentido da resolução destes problemas e face à premência destas questões, o que pode avançar sobre as matérias que a ADFA tem apresentado?

Henrique de Freitas (HF) - A relação entre o Governo e a ADFA tem-se pautado por uma grande proximidade e clareza de posições, que radica no reconhecimento do MDN quanto ao papel insubstituível da Associação no apoio aos deficientes das Forças Armadas e aos Combatentes em geral.

Das diversas questões que têm sido abordadas com a ADFA, foram já dados passos significativos em muitas delas.

Desde logo na uniformização do regime de cálculo das pensões de preço de sangue reportado à data do falecimento do DFA, matéria que foi resolvida, a contento da ADFA, por força de uma convergência de vontades dos Ministérios da Defesa Nacional e das Finanças, tendo sido dadas instruções claras à CGA no sentido de passar a calcular a pensão à data do falecimento do DFA.

No que respeita à aplicação da Lei n.º 9/2002, existe um Grupo de Trabalho, que inclui representantes dos Ministérios da Defesa Nacional, dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas e da Segurança Social e do Trabalho, bem como da CGA que está a analisar os constrangimentos e a regulamentação da Lei. De acordo com o planeamento dos trabalhos, a muito curto prazo, a ADFA, tal como as outras Associações representativas, vai ser ouvida, no âmbito desse Grupo, sobre esta matéria.

Relativamente aos Deficientes Civis das Forças Armadas, o MDN elaborou um projecto de diploma legal que se encontra a ser analisado noutros Ministérios, no sentido

de reabrir o prazo para requerer tal qualificação.

Finalmente, a questão do Estatuto do Deficiente Militar cujo projecto, conforme referi na última reunião havida com a ADFA, está a ser preparado no MDN para, posteriormente, o discutir com a Associação. Este será um trabalho de fôlego, que deve envolver, empenhadamente, o Ministério e a ADFA, na medida em que se trata de incluir, num único diploma legal, matéria dispersa, e outra porventura inovatória, sobre aquilo que constitui o acervo de direitos dos DFA, em matéria estatutária. Não será, seguramente, um desafio fácil ou de conclusão imediata, mas será, estou certo, um desafio onde a responsabilidade e o empenho das partes será decisivo para alcançarmos um resultado final aceite por todos, e que todos possam cumprir.

ELO – No âmbito da Rede Nacional de Apoio ao Stress de Guerra, que

Há, contudo, uma questão de base, para a qual, aliás, a colaboração da ADFA é decisiva, que é a de se saber, e de o País saber, qual o número oficial de ex-combatentes que sofrem de stress pós-traumático

possibilidades há para a alteração do protocolo celebrado pelo MDN com a ADFA, com vista a envolver outras delegações, atendendo às especificidades das regiões autónomas dos Açores e da Madeira?

H.F. - Conforme é sabido, já se realizaram reuniões entre o MDN e a ADFA sobre o problema do Stress de Guerra, nas quais se iniciou a discussão relacionada com o funcionamento da Rede e formas de o melhorar e otimizar, definição de procedimentos mais simples e menos burocráticos e avaliação da actual composição da Comissão de Acompanhamento.

Neste processo contamos com o empenho do Ministério da Saúde, com quem já reuni, e com cujos representantes a ADFA irá ter, a muito breve trecho, reuniões de trabalho.

Há, contudo, uma questão de base, para a qual, aliás, a colaboração da ADFA é decisiva, que é a de se saber, e de o País saber, qual o número oficial de ex-combatentes que sofrem de stress pós-traumático.

Tenho ouvido muitos números, bem como muitas e dispares avaliações de diversas entidades. A realidade é que, quando assumimos funções no MDN, não dispúnhamos de qualquer número oficial sobre essa situação.

O que consideramos grave, na perspectiva da definição concreta de meios de apoio àqueles que sofrem de Stress de Guerra. Por isso entendemos que essa avaliação é de grande urgência e deverá basear-se em critérios muito claros, pelo que vamos iniciar um processo que permita, com a maior exactidão possível, determinar aquele número, processo esse para o qual, naturalmente, contamos com a colaboração da ADFA.

Para o actual Governo, o apoio aos ex-combatentes que sofrem stress de guerra constitui uma decorrência natural do seu Programa, razão pela qual, em 2003, manteremos, num quadro de fortes restrições orçamentais, os apoios financeiros que, neste âmbito, a ADFA tem recebido do MDN.

ELO – Uma das maiores preocupações dos Órgãos Sociais da ADFA tem sido a iminente terceira idade dos associados e o equacionamento dos apoios a prestar-lhes quando as suas deficiências e a idade os obrigarem a uma maior dependência. A ADFA entende que a CVP, a quem está

aspecto que, até aqui, não tem merecido grande atenção por parte dos poderes públicos, que é aquele que se prende com o apoio especializado aos problemas da terceira idade dos ex-combatentes, aqui agravado pela situação de deficiência em que muitos deles se encontram.

Também nesta matéria tomei a iniciativa de falar com a ADFA, reforçando a necessidade de darmos passos concretos, mas seguros, numa área social de enorme importância.

É intenção do MDN, em estreita colaboração com o Ministério da Segurança Social e Trabalho, procurar envolver as Misericórdias, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, bem como outras entidades com provas dadas em áreas sociais e ligadas à Terceira Idade, na definição de um sistema de apoio aos DFA, que permita o seu adequado acompanhamento domiciliário.

Naturalmente que todas estruturas que existem na órbita do MDN e que têm uma vocação social, como é o caso da Cruz Vermelha Portuguesa, serão chamadas a colaborar neste processo, nomeadamente através da disponibilização do Lar Militar e de outros equipamentos adequados ao apoio aos DFA.

ELO – A ADFA tem procurado nos últimos anos a cedência de instalações que deixaram de ter utilidade militar para lá instalar estruturas de apoio social e de reabilitação, no intuito de chegar melhor e mais perto à resolução de situações que ao Estado competem. As negociações com o MDN têm sofrido avanços e recuos. Poderá clarificar esta questão, tendo em conta que está consignado na Lei que é obrigação do Estado proporcionar aos deficientes militares os meios de reabilitação e de assistência social em estabelecimentos apropriados?

H.F. - A utilização de instalações e infra-estruturas militares por parte de outras entidades, no caso vertente da ADFA, é desejável, num quadro de rentabilização patrimonial de estruturas que deixaram de ser utilizadas pelas Forças Armadas.

Não pode, contudo, deixar de ser analisada num plano global de gestão desse património, pelo que se torna necessário que o MDN tenha pleno conhecimento do seu acervo patrimonial, o que hoje não existe.

Para obviar a esta situação foi recentemente iniciado o trabalho de apurar e identificar todo o conjunto de infra-estruturas afectas à Defesa Nacional.

Isto não impede, contudo, que situações urgentes não possam ser apreciadas, como sucedeu, aliás, com a Tipografia da ADFA, cuja localização temos vindo a discutir. •

entregue a administração do Lar Militar, não tem cumprido integralmente as finalidades para que aquela instituição foi criada, ou seja acolhimento de militares ou ex-militares que o Estado tem a obrigação de apoiar. Quais as perspectivas de que no futuro esta situação seja corrigida pela ampliação da capacidade de recepção do Lar Militar e regresso às suas finalidades originais, bem como através de outras formas de apoio?

H.F. - É por todos reconhecido que a idade da grande maioria dos actuais DFA vai avançando, tornando premente olhar para um

RV

Visita à feira internacional "REHA 2002", em Düsseldorf

ADFA procura exemplos para melhor reabilitação

CORTESIA DO DR. BARROS SILVA



A REHA 2002 reuniu cerca de 800 expositores

A ADFA enviou uma delegação à feira internacional de ajudas técnicas "REHA 2002", em Düsseldorf, Alemanha, de 23 a 30 de Outubro.

Jorge Maurício, presidente da MAGN, Artur Vilares, 1.º vice-presidente da DN, Barros Silva, Major Médico Fisiatra do Hospital da Força Aérea e da ADFA, e Pedro Macedo, constituíram a delegação que visitou o certame, o Centro de Reabilitação e Repouso de Braunlage e o Hospital Militar de Hamburgo.

Na REHA, onde esteve dois dias, o grupo recolheu documentação, colocou questões sobre ajudas técnicas e experimentou alguns equipamentos patentes nos inúmeros "stands".

"A grande força da feira é direccionada para os cidadãos tetraplégicos e paraplégicos, uma vez que estiveram patentes centenas de cadeiras de rodas de diversos tipos, adaptações de viaturas e outras inovações", considerou Jorge Maurício, que destacou uma viatura em que o portador de deficiência entra com a cadeira de rodas para o lugar do condutor. Realçou ainda as adaptações que algumas marcas já fazem na fábrica, podendo ser solicitadas em conjunto com os extras que os automóveis costumam proporcionar.

Foi constatado o elevado custo de algumas adaptações, "que podem mesmo equivaler ao custo de uma viatura", sublinhou Jorge Maurício.

Da oferta disponível para os portadores de deficiência visual, destacou-se uma mini impressora de Braille, que se posiciona atrás do teclado do computador, permitindo a edição de texto no alfabeto para cegos e em formato usual. Outro aparelho que atraiu a atenção de Jorge Maurício é o codificador, do tamanho de um comando de TV, que utiliza etiquetas magnéticas para identificação. O aparelho grava a voz do utilizador, descodifica o registo efectuado, na etiqueta e uma vez esta colocada no objecto, ao passar com o "comando" perto dela é reproduzido o seu nome. Por exemplo, se se gravar uma etiqueta com o nome "comprimidos", depois de ser colocada na caixa dos medicamentos, ao passar com o aparelho o utilizador fica a saber que estão ali. "Este equipamento é simples mas ainda um pouco caro; as etiquetas custam dois euros cada", acrescenta Jorge Maurício.

Em termos de próteses para amputados acima do joelho, foi apresentada uma inovação em que sensores permitem a coordenação de movimentos e o equilíbrio, accionando a parte inferior, que corresponde ao pé, e permitindo que o seu movimento ajustado compense eventuais esforços de locomoção.

Destacada por todos os elementos da delegação da ADFA foi a enorme afluência de pessoas portadoras de deficiência que, além dos técnicos, vendedores e profissionais de saúde que visitam habitualmente o certame, percorriam os expositores, experimentando e colocando questões. "Posso arriscar os 40 por cento que constitui a afluência de deficientes àquele espaço", disse Jorge Maurício.

A documentação recolhida, constituída por catálogos de equipamentos e informações sobre ajudas técnicas, entre outros, vai estar disponível na ADFA, para quem quiser consultar. "Há empresas que nem têm representação em Portugal, o que dificulta o acesso a algum equipamento, pelas deslocações que têm que ser efectuadas a Espanha, por exemplo", referiu Barros Silva, que considera útil a criação de um "montra de ajudas técnicas acessível a quem quiser conhecer as inovações e como adquirilas".

Para Barros Silva o facto de ser médico militar "foi uma vantagem nesta visita de trabalho". Sensibilizado pelo facto de a feira ser frequentada também pela população deficiente, considerou a visita enriquecedora, pois trata-se de um local privilegiado para conhecer as inovações tecnológicas na área das ajudas técnicas.

O médico destacou a adaptação de viaturas em termos da arrumação da cadeira de rodas dos utilizadores. Notou também uma evolução das cadeiras de rodas relativamente ao peso, em virtude de serem usadas ligas mais leves, o que permite melhor arrumação e comodidade. As adaptações destes equipamentos para portadores de paralisia cerebral ou traumatismos cranianos, foram também destacadas, pois permitem maior autonomia e mais facilidade na condução.

Centro de Braunlage

No Centro de Reabilitação e Repouso para cegos de guerra, em Braunlage, foi possível

constatar a tranquilidade e as valências dedicadas aos ex-combatentes portadores de deficiência.

Todo o Centro está equipado com sinalização própria para orientação autónoma dos utentes, "estando aberto aos nossos associados, com preço médios de 45 euros diários, que incluem alimentação, alojamento e a utilização de todos os espaços de reabilitação", informou Jorge Maurício.

O Médico Fisiatra destacou "a qualidade de vida e das valências" do Centro, que, em Portugal, se podem encontrar em instituições similares em Oeiras e Runa, no âmbito do IASFA, que, porém, não são direccionadas a deficientes militares, como é o caso de Braunlage.

Em Braunlage é possível aos residentes levar o cônjuge, que usufrui do mesmo atendimento e serviços, mesmo que o militar venha a falecer. Os quartos podem ser mobilados com os objectos pessoais dos utentes. No caso de agravamento do estado clínico, os utentes têm apoio garantido.

Barros Silva salientou que, havendo vontade política para isso, poder-se-ia "adaptar as instalações de Runa para que uma parte fosse direccionada para deficientes militares cegos", em virtude do espaço e das condições de tranquilidade que proporciona.

"Há dificuldades para o Governo disponibilizar as verbas necessárias, mas as coisas podem ser estudadas e concretizadas se pensarmos que estamos a criar condições eventualmente para nós próprios. Qualquer um de nós pode, de um momento para o outro, tornar-se deficiente", salientou o médico, aludindo à necessidade de criar um melhor acompanhamento da terceira idade e da deficiência dos militares e cidadãos em geral.

Hospital Militar de Hamburgo

No Hospital Militar de Hamburgo (HMH), a delegação da ADFA foi recebida pelo director e pelo chefe da Clínica de Ortopedia, apresentando cumprimentos e agradecendo a maneira como têm sido tratados os nossos deficientes que até lá se deslocam. A ADFA deixou aos representantes do HMH as medalhas comemorativas da Associação.

A delegação visitou também a viúva do doutor Traut, que a recebeu com Frauke Malthus, e o prófético Klaus, num almoço em que a ADFA ofereceu algumas lembranças.

Durante a visita a Hamburgo, houve também possibilidade de almoçar com três associados lá residentes e com o casal Pereira, que apoia os associados da ADFA que se deslocam à Alemanha, em termos de tradução e acompanhamento.

Barros Silva considerou um "factor positivo" a área extensa que está a ser actualmente remodelada e reequipada, mas afirma que "não ficamos atrás em relação ao equipamento que temos e que só agora o HMH se propõe adquirir para as áreas de electroterapia e mecanoterapia. O que temos em Portugal é o que há de mais avançado".

Na sua avaliação, Barros Silva realça que, em Hamburgo, não se pratica a continuidade do tratamento, isto é, depois do doente ter alta da Fisioterapia, não é efectuado um acompanhamento no Hospital Militar, mas sim nos serviços civis. "Em Portugal, no Hospital da Força Aérea e no

HMP, depois do internamento o utente pode ser atendido em regime ambulatorio, sendo assistido continuamente até ter alta definitiva", referiu o médico. No entanto, acrescenta que "os serviços civis alemães terão melhor capacidade de resposta para que esse tratamento de reabilitação possa ser feito nesse meio".

Sobre a oficina de próteses, Barros Silva considera que constitui um "modelo a seguir pelas Forças Armadas na sua globalidade ou integrado no Hospital Militar Principal ou no Hospital da Força Aérea, podendo também incluir na sua capacidade sobranse de resposta o atendimento a doentes civis".

Destacou o facto de poderem ser efectuadas afinações de próteses no local, depois de serem experimentadas, acrescentando que "seria ainda melhor se houvesse uma ligação directa e próxima no serviço de reabilitação para o treino pré-protético e pós-protético do amputado".

Para Barros Silva faz falta criar na área de Lisboa, cdestinado a atender os doentes do Sul do país, uma oficina de próteses como a que existe no CRPG. Na Alemanha, a especialização no atendimento a quem precisa de próteses está a cargo de entidades privadas, lembrou o médico. "Se houver capacidade de resposta em Portugal, não é necessário ir para Hamburgo", acrescentou, lembrando que, no entanto, "o grande problema da consulta de catálogos é a impossibilidade de experimentar as ajudas técnicas".

"Já ouvi dirigentes da ADFA defenderem a criação de uma "montra de ajudas técnicas", mas



as casas comerciais não se dispõem a investir em material para mostrar que pode não ser vendido", sublinhou. "Poder-se-ia concretizar esta iniciativa numa instituição militar, o que facilitaria o acesso às novidades e que até lhe traria algum prestígio", continuou. Para o médico, experimentar as ajudas técnicas é importante para os possíveis utilizadores.

"Esta viagem tornou-se ainda mais útil" para Barros Silva, "por ter sido realizada com este grupo específico", pois a participação de Jorge Maurício e Artur Vilares permitiu constatar as limitações originadas pelas suas deficiências. Nas refeições, nas deslocações, no embarque para o avião, na recepção da bagagem, entre outras situações do dia-a-dia, o médico pôde avaliar os obstáculos e dificuldades que estes deficientes militares têm que ultrapassar e que acabam por atingir também os seus familiares mais próximos. •

RV

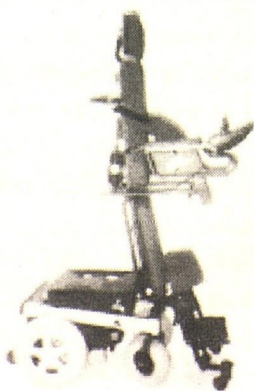
Ortopedia Moderna

Técnico Responsável:

António Pardal

- Próteses e Ortóteses
- Camas Hospitalares
- Cadeiras de Rodas Normais, Eléctricas e de Liga Leve
- Calçado Ortopédico Standard e por medida
- Meias Elásticas
- Cintas Ortopédicas e Palmilhas

Sede: Tv. da Glória, 28 - 1250 LISBOA (junto ao Metro dos Restauradores)
Telef.: 213 428 361 / 213 420 177 / 213 430 889 • Fax: 213 430 889
Filial: Rua Serpa Pinto, 123 - 7000-537 ÉVORA
Telef./Fax: 266 742 040



jam

equipamentos e serviços para veículos especiais (soc. unip.), lda

todo o tipo de transformações em viaturas e ajudas técnicas para pessoas com deficiência

zona industrial dos padrões - 3740 sever do vouga - portugal
telefone: 23 459 8161 • fax: 23 459 8162 • e-mail: jamacedo@mail.telepac.pt

Uma resposta para a integração



Sandra Afonso em declarações ao ELO

Sandra Afonso tem 25 anos e muita vontade de aprender. Depois de frequentar outros cursos, encontrou na ADFA a resposta aos seus anseios de actividade, candidatando-se e ingressando no Curso de Artes Gráficas ministrado pela Associação, na Quinta das Camélias, em Lisboa, desde Abril deste ano.

"Os outros cursos não tinham estágio e quando acabaram fiquei quatro meses sem trabalhar", refere, lamentando a dificuldade na inserção no mercado de trabalho. Sandra Afonso sofre de espinha bífida, o que faz com que se desloque em cadeira de rodas.

"Cheguei a escrever uma carta ao presidente da Câmara de Lisboa para apresentar a minha situação, mas a ADFA chegou primeiro e quando veio a resposta já tinha iniciado este curso", acrescenta.

Nos seus horizontes está um estágio e uma possível colocação. "Tenho muita vontade de aplicar o que estou a aprender", continua.

Sobre o curso na ADFA refere que "tem sido espectacular", pois gosta dos colegas e os acessos são bons. "este curso devia ter mais tempo", salienta, com a ideia de aprofundar conhecimentos.

O dia começa bem cedo, pelas 05h30, em Chelas, onde apanha a carrinha da Câmara Municipal de Lisboa pelas 06h50. Enquanto espera a hora das aulas pode entrar, às 08h00, para treinar os seus trabalhos. "Quem corre por gosto não cansa", diz, orgulhosa do trabalho desenvolvido.

No curso de Artes Gráficas, Sandra aplica-se nos módulos de informática, Quark Xpress, Photoshop e Freehand (programas com que se trabalha nesta área).

A ADFA promove cursos de formação profissional para deficientes desde 1987 e neste ano e em 2003, fornece formação nas áreas de Artes Gráficas (pré-impressão) e Escritório Electrónico.

"Os formandos têm de ser deficientes, civis ou das Forças Armadas, com deficiências que não impeçam a aprendizagem, e que podem ser tanto físicas (amputados, paraplégicos e outros) como orgânicas (hemodializados, diabéticos e outros). Todos estão sujeitos a testes psicotécnicos para admissão", informa Filomena Brandão, coordenadora do departamento de Formação Profissional da ADFA.

Os cursos são inteiramente subsidiados pelo IEFP, no âmbito do Programa Constelação. Os formandos recebem uma bolsa de formação no valor de 70 por cento do ordenado mínimo nacional e os subsídios de refeição e de transporte no valor do passe utilizado.

As habilitações mínimas requeridas são: ter o 9.º ano de escolaridade e idade compreendida entre os 16 e os 55 anos.

Os cursos decorrem em horário laboral, de manhã e de tarde, e são ministrados por formadores certificados pelo IEFP, que paralelamente exercem a sua actividade profissional nas áreas que leccionam.

Os formadores do curso de Artes Gráficas são: Ângela Rodrigues, Cláudia Calado, Isabel Albuquerque e Rui Coelho. No curso de Escritório Electrónico leccionam Luís Antunes, Inocência Eusébio, Isabel Brandão, Manuela Carmo e Rui Oliveira.

Todas as salas têm computadores com

programas actualizados e é distribuído material didáctico a todos os formandos. No final dos cursos, os formandos frequentam um estágio remunerado com a duração aproximada de nove meses.

O Curso de Escritório Electrónico tem como saídas profissionais: escriturários, bibliotecários, operadores de informática, funcionários de gabinetes de contabilidade e técnicos administrativos.

O Curso de Artes Gráficas (pré-impressão) tem como saídas profissionais: operadores em gabinetes e estúdios gráficos, paginadores, operadores em edição e tratamento de texto e imagem, arte-finalistas, colaboradores em agências de publicidade, funcionários em estúdios fotográficos na área de retoque e reconstituição de imagens, entre outros. Sandra Afonso pretende inserir-se no mercado de trabalho, "se possível, nestas funções".



A ADFA ministra os cursos de Artes Gráficas e Escritório Electrónico

Os cursos já têm 11 formandos em estágio (um dos quais, Luís Clara, está em estágio de Artes Gráficas no ELO) e 17 em aulas.

Filomena Brandão, salienta que "tem sido complicado inserir os formandos, apesar dos apoios que as empresas recebem. Como têm

que fazer contratos sem termo, evitam integrar os formandos nos seus quadros".

A coordenadora lembra ainda que entre 1999 e 2000, com a transição do III Quadro de Apoio, "não houve possibilidade de integração". Actualmente a Formação Profissional da ADFA "está em boa actividade".

Para o curso de Escritório Electrónico de 2003 acrescentou-se 70 horas de Fiscalidade e mais horas ao Inglês e à Comunicação Empresarial (relações públicas), disciplinas ministradas com Contabilidade, Informática, Arquivo e Documentação Técnica.

O prazo para inscrições para a Formação Profissional na ADFA em 2003 decorre até 28 de Fevereiro do próximo ano. Os cursos são co-financiados pela Comissão Europeia e pelo Fundo Social Europeu, no âmbito do Instituto do Emprego e Formação Profissional e do Ministério da Segurança Social e Trabalho - Programa Operacional Emprego, Formação e

Desenvolvimento Social.

As candidaturas podem ser enviadas para a ADFA, ao cuidado de Filomena Brandão e podem ser obtidas informações pelo telefone/fax 21 757 3107. •

RV

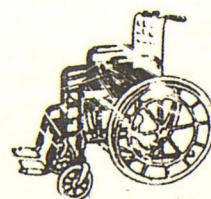
EUROPEU DE
ORTOPEDIA
CENTRO

O Centro Europeu de Ortopedia agradece a todos os deficientes das Forças Armadas e deseja Boas Festas e um Feliz Ano Novo

A Gerência

GUSTAVO MELO MENESES E VASCONCELOS

Rua Ponta Delgada, 53 • 1000 Lisboa • Tel./Fax: 21 355 57 56 • TM: 96 716 96 49



O Tribunal dá-nos razão

Muitos têm sido os recursos que os advogados da ADFA têm ganho nos tribunais, sobre as mais diversas matérias. Dadas as insistências que têm existido sobre a vantagem da publicação destas decisões, aqui damos conta dos casos que se nos afiguram importantes.

"Os Factos consideram-se provados os seguintes factos com interesse para a decisão:

A) - O recorrente foi submetido a uma Junta Hospitalar de Inspecção (JHI), em 1968, que o julgou incapaz de todo o serviço militar, com 40% desvalorização (...)

B) - Realizada nova JHI/HMR 2 em 1993, veio a ser-lhe alterada a desvalorização para 68%, homologada em 1994 (...)

C) - Actualmente o recorrente tem uma desvalorização, de 77,6%, atribuída pela JHI, em sessão de 3.99 e homologada em 1999 (...)

D) Por despacho de 1990 do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional, foi o recorrente qualificado como Deficiente das Forças Armadas (DFA) do Quadro do Complemento, apresentado no QG/RMN, na situação de pensionista por invalidez desde 1985 (...)

E) - Em 1991, o recorrente declarou, em conformidade com o estipulado no art. 7º, n.º 1-1-a) do DL n.º 43/76, de 20/1, optar pela passagem a beneficiário da pensão de invalidez (...)

F) - Em 1996, o recorrente requereu ao Chefe de Estado Maior do Exército, o seu ingresso no serviço activo no regime que dispensa plena validade, nos termos do DL 43/76 de 20/1 e ao abrigo do seu art. 20º e alínea a) do n.º 6 da PTR 162/76, de 24/3.

G) - Pelos competentes Serviços do Exército Português foi prestada a Informação (...)

I) - Pelo Despacho recorrido, o General Adjunto General, no uso da competência delegada, pelo Despacho publicado no DR II Série de 22.05.98, indeferiu o pedido indicado na alínea F) supra, por entender que o recorrente exerceu expressamente o seu direito de opção no âmbito do DL 43/76, no sentido de não voltar ao activo, tendo tal direito de opção natureza definitiva, e nunca tal direito foi afectado pela norma declarada

inconstitucional (al. a) do art.º 7º da Portaria - 162/76). (...)

Do Erro de Julgamento

O recorrente alega que tendo sido qualificado DFA, sendo abrangido pelos DL 210/73 e DL 43/76, nunca tendo optado pelo serviço activo, nem beneficiado do disposto no art. 7º do DL n.º 43/76, sendo abrangido pela alínea a) do n.º 6 da Port. n.º 162/76, reúne os requisitos para que lhe seja autorizado o ingresso no serviço militar activo, nos termos da legislação em vigor. Ao não anular o acto recorrido a sentença mantém, deste modo, os vícios assacados a este, existindo erro de julgamento, pelo que deve ser revogada. (...)

(...) O acto recorrido fundamentou-se em que o recorrente exerceu expressamente o seu direito de opção no âmbito do DL 43/76, no sentido de não voltar ao activo, tendo tal direito de opção natureza definitiva, e nunca tal direito foi afectado pela norma declarada inconstitucional (al. a) do art.º 7º da Portaria 162/76). O recorrente, militar do Quadro do Complemento do Exército, dirigiu, em 07.08.96, à autoridade recorrida uma pretensão: "em virtude da declaração de inconstitucionalidade da alínea a), do n.º 7, da Portaria n.º 162/76, de 24/3," e requereu o ingresso no serviço activo, em regime que dispensa plena validade, nos termos do DL. 43/76, de 20/1 e Portaria 162/76, n.º 6, alínea a).

É, assim, claro que o recorrente pretende regressar ao serviço activo, em regime que dispense plena validade, com base no DL. n.º 43/76, de 20/1 e Portaria 162/76, de 24/3.

Ora, o exercício do direito de opção dos DFA de ingressarem no serviço activo, no regime que dispensa plena validade, é estabelecido pelos diplomas legais invocados pelo recorrente no requerimento que dirigiu à autoridade recorrida e motivou o despacho impugnado.

E, não é verdade que, como alega a entidade

recorrida, o recorrente tenha declarado optar pela passagem a beneficiário da pensão de invalidez, ao abrigo do DL n.º 43/76, de 20/1, em data posterior à declaração de inconstitucionalidade do n.º 7, al. a) da Portaria n.º 162/76, já que fez tal opção em 11.01.91.

Ora, estando em vigor os artes. 1º e 7º, n.º 1, do DL n.º 210/73 e a al. a) do n.º 6 da Portaria n.º 162/76, os militares do complemento com o posto ou graduação superior a primeiro-cabo e que sejam DFA têm o direito de, em qualquer altura, optarem pelo serviço activo.

Tendo sido eliminados da ordem jurídica o art. 15º, n.º 1, do DL. n.º 210/73 e o n.º 7, al. a), da Port. n.º 162/76 - normas que impediam o aqui recorrente de ainda optar pelo ingresso no serviço activo, dado que sendo ele DFA na situação de beneficiário de pensão de invalidez pudera usufruir desse direito durante o prazo de 1 ano a contar do início de vigência do DL. n.º 210/73 - não subsiste hoje qualquer obstáculo legal ao deferimento da pretensão formulada pelo recorrente.

Deste modo, procedem as conclusões b) a d) das alegações, ou seja, a sentença recorrida incorreu em erro de julgamento, por infracção dos artes. 1º e 7º, n.º 1, ambos do DL. n.º 210/73, "ex vi" do art. 20º, do DL. n.º 43/76 (segundo o qual, todos os direitos, regalias e deveres dos DFA ficaram definidos neste decreto-lei e n.º 6 al. a), da Portaria n.º 162/76), pelo que não pode manter-se na ordem jurídica, já que o acto recorrido padece do vício de violação de lei que o recorrente lhe imputou, por violação dos preceitos acima indicados.

Pelo exposto, acordam em:

a) - conceder provimento ao recurso, revogando a sentença recorrida e anulando o acto recorrido (art. 135º do CPA);

A advogada responde

Como fazer executar uma sentença

"Sofri um acidente quando cumpria a minha comissão de serviço em Angola de que resultaram lesões auditivas. A CGA não considerou as minhas lesões relacionadas com o serviço militar."

O TAC de Lisboa e o TCA deram-me razão mas recentemente fui chamado a uma nova Junta Médica que confirmou as anteriores, e considerou que as minhas lesões nada têm que ver com o serviço militar. O que devo fazer?"

Para dar uma resposta completa seria necessário conhecer o seu processo com maior detalhe, nomeadamente para se saber com que fundamento (vício) é que o tribunal mandou anular o despacho da CGA.

Mas sempre se dirá que as decisões judiciais transitadas em julgado devem ser espontaneamente executadas pela Administração no prazo de trinta dias.

A fim de executar a sentença, a CGA chamou-o a uma nova Junta Médica, a qual, segundo parece, confirmou os pareceres das Juntas anteriores.

Se o parecer desta nova Junta Médica vier a ser homologado pelo órgão competente da CGA, é muito provável que este despacho homologatório tenha conteúdo idêntico ao anterior despacho que foi anulado pelo tribunal.

Se for esse o caso, deverá, em primeiro lugar, interpor recurso contencioso desse novo despacho homologatório para assim evitar que o mesmo se consolide na ordem jurídica, isto é, se torne definitivo e contenciosamente irrecorrível.

Por outro lado, e uma vez que o referido despacho parece ser incompatível com a(s) anterior(es) sentença(s), poderá iniciar o processo de execução de sentença, cujos trâmites sumariamente se passam a descrever.

No prazo de três anos a contar do trânsito em julgado da sentença pode requerer ao órgão que tiver praticado o acto recorrido que execute a sentença. Uma vez requerida a execução da sentença, a Administração deve executá-la integralmente no prazo de sessenta dias. Se nesse prazo, a Administração invocar causa legítima de inexecução, o interessado dispõe de dois meses (a contar da notificação) para pedir ao tribunal a declaração de inexistência de causa legítima de inexecução. Caso a Administração nada faça, o prazo que o interessado dispõe para efectuar o referido pedido ao tribunal é de um ano, a contar do termo dos sessenta dias que a Administração dispunha para cumprir voluntariamente a sentença, ou invocar uma causa legítima de inexecução.

Trata-se de um procedimento que reveste alguma complexidade, sendo no entanto aquele que a actual legislação prevê para o efeito, pelo que se aconselha a consulta de um advogado.

Inês Soares de Castro

Comentário

Reforma aos 45 anos

Andam os meios de comunicação social cheios da reivindicação de ex-combatentes no sentido de obterem a reforma aos 55 anos. Algo de curioso, porquanto apenas uma das associações de veteranos tem vindo a subscrever tal reivindicação. Sobre as bases deste movimento, apenas pude encontrar, a fazer fé no que foi publicado num jornal diário, a referência de que "uns emigrantes na América disseram ter lido um estudo segundo o qual quem foi à guerra perde dez anos de longevidade".

Numa reunião recente, onde estiveram presentes várias associações, foi reconhecido que não era de subscrever a pretensão dos 55 anos, por duas razões principais:

- Em nenhum país que tivesse passado por conflitos antigos ou recentes, mesmo nos de legislação mais avançada, está estabelecido o direito de reforma aos 55 anos para veteranos de guerra;

- Dado o estado actual das finanças portuguesas, tal pretensão foi considerada irrealista.

No entanto, continua havendo quem continue a reivindicar nesse sentido, o que nos leva a investigar as razões de tal insistência - para além do natural sentimento de quereremos melhorar a nossa vida.

Nada melhor que uma reivindicação específica para agrupar a pessoas, haja ou não bases sólidas para essa reivindicação. Sabem-no os condutores de massas, e a história da nossa geração é pródiga em bons exemplos, sobretudo do período pós-revolução. E esses condutores sabem bem que, sem reivindicação, não há manifestação.

Nos últimos tempos, tem-se notado uma tendência para prolongar o tempo de prestação de serviço, em oposição ao período de reformas antecipadas de há alguns anos. Sentem-no na pele os DFA com tempo de serviço prestado antes da incorporação, ou da passagem à reforma

extraordinária; esse tempo não lhes é contado, obrigando-os a atrasar a passagem à aposentação. Outras medidas ou declarações públicas se poderiam citar, todas no mesmo sentido. Lógico seria esperar que o Governo se manifestasse sobre este "ponto quente" dos 55 anos, mas, não o tendo feito, de duas uma: ou nem vale a pena falar disso, ou está a considerar com seriedade a hipótese.

É sobre essa hipótese que nos vamos debruçar. Imaginemos - ainda que por absurdo - que tal reivindicação seria aceite, e qualquer veterano de guerra teria a reforma aos 55 anos. Lembremos que o conceito de veterano é lato: nele cabem não só unidades especiais e de quadrícula, incluindo o pessoal dos serviços, como todos os que estiverem em zonas de 100 por cento, incluindo Luanda e Bissau; e ainda os das zonas de 50 por cento; e mesmo expedicionários noutras ex-

colónias - assim está proposto e assim esperamos. Nesse caso, como distinguir os que mais sofreram com os efeitos directos da guerra, porque aí sim, é onde o efeito de perda de longevidade se faz sentir?

Consultando a página de necrologia do nosso jornal, compilamos o quadro anexo.

É fácil notar que a maior parte dos falecimentos se dão na casa dos cinquenta, e curiosamente atingem o máximo nos 55 anos.

Ora, atendendo a que é de toda a justiça que as pessoas gozem e sua reforma durante dez anos, força é reconhecer que os DFA devem ter a reforma aos 45 anos - conclusão tirada com o mesmo rigor científico com que foi encontrada a reforma de veteranos aos 55 anos...

NSC

| | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | SetOut | Nov | Total |
|--------------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|-----------|
| 48 | 1 | 1 | | | | | | 1 | | | 2 |
| 49 | | | 1 | | | | | | 2 | | 4 |
| 50 | 1 | | | | | | | | | | 1 |
| 51 | 2 | 1 | | | | | | | | | 3 |
| 52 | 1 | | | | | 1 | | 2 | 1 | | 5 |
| 53 | 1 | | | | | | | | | | 1 |
| 54 | 1 | | 1 | 1 | | 1 | 1 | | 1 | | 6 |
| 55 | 2 | | 1 | 2 | 1 | 1 | | 1 | | 1 | 9 |
| 56 | | | | | | 1 | | | 1 | 1 | 3 |
| 57 | | | | | | | | | | 1 | 1 |
| 58 | | | 1 | | | | | | | 1 | 2 |
| 59 | | | 1 | 1 | | 2 | | | | 1 | 5 |
| 60 | 1 | | 1 | | 1 | | | | | | 3 |
| 64 | | | | | | | | | 1 | | 1 |
| 72 | | | 1 | | | | | | | | 1 |
| Total | 10 | 2 | 7 | 4 | 2 | 6 | 1 | 4 | 6 | 5 | 47 |

DIÁRIO DA REPÚBLICA

por Helena Afonso

Acumulação de Subsídio de Doença

O Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, através do Desp. 8/SESS/96, publicado no Diário da República n.º 79, II Série, de 2 de Abril de 1996, reiterou que «o reconhecimento pelo Estado do direito à plena reparação das consequências sobrevindas no cumprimento de serviço militar justifica que, no âmbito da segurança social, sejam adoptadas para os deficientes das Forças Armadas, tal como vêm definidos no art.º 1.º do Dec.-Lei 43/76, de 20-1, medidas de excepção no regime geral de protecção social.»

Neste sentido, considera-se que aos DFA não lhes deve ser aplicável o princípio da não acumulação de prestações, previsto no art.º 33.º do DL 79-A/89, de 13MAR, no caso de os mesmos se encontrarem numa situação de desemprego involuntário, pelo que deverão ter acesso às prestações de desemprego.

Tal significa que os DFA, a partir de 12 de Março de 1996, podem acumular a pensão que percebem nessa qualidade com as prestações de desemprego, sempre que se verifique uma situação de desemprego involuntário.

No entanto, ficariam de fora do âmbito de aplicação daquele despacho os deficientes militares não abrangidos pelo DL 43/76, de 20JAN.

Porém, o Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social, através do Desp. 332/97, publicado no Diário da República n.º 110, II Série, de 13 de Maio de 1997, veio colmatar esta falha ao determinar que o regime previsto no Desp. 8/SESS/96 «é extensivo aos deficientes militares que recebam pensões de invalidez atribuídas em consequência da redução ou perda da capacidade de ganho por factos ocorridos no cumprimento do serviço militar obrigatório e geradores de pensão de invalidez.»

Logo, aos pensionista de invalidez por acidente/doença ocorrido em serviço é permitida a acumulação da referida pensão de invalidez com as prestações de desemprego, sempre que se verifique uma situação de desemprego involuntário.

Contudo, outras situações ficariam a aguardar decisão, como seja o caso da permissão de acumulação da pensão de invalidez dos deficientes militares com o subsídio de doença, vulgarmente conhecido por "baixa".

A ADFA teve conhecimento da decisão do Gabinete de Sua Excelência a Secretária de Estado da Segurança Social de «... equiparar as pensões de aposentação por incapacidade dos deficientes das Forças Armadas (abrangidos pelo artigo 1º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro), bem como as pensões de invalidez atribuídas em consequência da redução ou perda da capacidade de ganho por factos ocorridos no cumprimento do serviço militar obrigatório, a pensões por acidentes de trabalho para efeitos de aplicação do regime jurídico de protecção na doença, constante do Decreto-Lei n.º 132/88, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 278/90, de 19 de Setembro e n.º 165/99, de 13 de Maio.»

Presentemente, aguarda-se pela publicação, em Diário da República, do Despacho de Sua Excelência a Secretária de Estado da Segurança Social que determina que as «pensões equiparadas são acumuláveis com o subsídio de doença, devido por incapacidade temporária para o trabalho, sem observância de qualquer limite.»

O referido despacho «... prevê ainda a extinção dos procedimentos de reposição que se encontrem em curso à data da respectiva publicação.»

Conclui-se, assim, que os deficientes militares, quer os DFA quer os deficientes em serviço, passam também, após publicação do referido despacho, a poder acumular a pensão de invalidez com o subsídio por doença ("baixa"), sempre que ocorra incapacidade temporária para o trabalho. •

Diploma do Mês



Ano Europeu das Pessoas com Deficiência

Despacho n.º 24730/2002, de 04NOV - Ministério da Segurança Social e do Trabalho (Diário da República n.º 286, II Série, de 20NOV02)

"Pela Decisão do Conselho da União Europeia n.º 2001/903/CE, de 3 de Dezembro, o ano 2003 foi designado «Ano Europeu das Pessoas com Deficiência».

Os objectivos do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência estão em consonância com as linhas estruturantes da política governamental para a deficiência, nomeadamente o combate à discriminação e à exclusão social, a promoção dos direitos humanos e da igualdade de oportunidade, a efectiva participação de todos nas tomadas de decisão que lhes dizem respeito, bem como a indispensável coerência e complementaridade entre todas as acções que visem a concretização daquelas linhas.

As iniciativas a prosseguir durante o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência deverão também contribuir eficazmente para uma mudança de atitudes da sociedade em geral, face às reais potencialidades das pessoas com deficiência de participar na actividade económica e social. Neste âmbito, salienta-se a necessidade de reforço do intercâmbio de informações, a nível nacional e transnacional, a divulgação de boas práticas que visem uma estratégia global e integrada para eliminar os obstáculos sociais, psicológicos, físicos e comunicacionais que impedem, infundadamente, a existência de uma Europa sem barreiras para as pessoas com deficiência.

Assim determino:

1 - É criada no âmbito do Ministério da Segurança Social e do Trabalho a Comissão Nacional de Coordenação para o Ano das Pessoas com Deficiência, adiante designada por Comissão Nacional, incumbida de coordenar as iniciativas e a participação de todos os intervenientes envolvidos nos objectivos do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.

2 - A comissão Nacional terá a seguinte composição:

Presidente do conselho directivo do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, que presidirá;

Representante nacional do Comité Consultivo para o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência junto da Comissão da União Europeia;

Presidente do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência;

Representante do Instituto da Solidariedade e Segurança Social;

Representante do Instituto do Emprego e Formação Profissional;

Representante da entidade responsável para os assuntos da família;

Seis representantes de organizações não governamentais da área da deficiência e da reabilitação, a indicar pelo Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência de entre as que têm assento nesse Conselho.

3 - Compete à Comissão Nacional:

a) Elaborar o plano de acção nacional para o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência;

b) Coordenar e dinamizar as iniciativas a desenvolver no âmbito do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, em consonância com o estipulado na Decisão do Conselho n.º 2001/903/CE, de 3 de Dezembro;

c) Promover a divulgação dos objectivos do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência e incentivar a participação activa de entidades públicas e privadas;

d) Divulgar processos de candidaturas a projectos inseridos nas comemorações do ano europeu com as pessoas com deficiência e proceder à sua análise e selecção bem como a constituição do respectivo financiamento;

e) Definir as condições de atribuição de financiamento e os montantes das subvenções a atribuir, nos termos das regras comunitárias;

f) Assegurar o acompanhamento, a avaliação e o controlo financeiro da subvenção global.

4 - O apoio logístico e administrativo necessário ao funcionamento da Comissão Nacional é assegurado pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência.

5 - Os encargos financeiros relativos ao Ano Europeu das Pessoas com Deficiência serão suportados, em partes iguais, pelo orçamento do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência e pela Comissão da União Europeia, tendo por limite 670 000.

6 - A Comissão Nacional apresentará até 31 de Março de 2004 um relatório final sobre as iniciativas desenvolvidas no âmbito do Ano Europeu das Pessoas com Deficiência.

7 - A Comissão Nacional considera-se extinta após cumprimento do estabelecido no número anterior.

8 - O presente despacho entra em vigor na data da sua assinatura." •

CLÍNICA MÉDICA DENTÁRIA

DENTI BIANCO

Acordos: M. JUSTIÇA - ADME - SAMS (QUADROS) - SAMS SIB - JORNALISTAS DE LISBOA - TÁXIS SINTRA - OUTROS

CONSULTAS DE MEDICINA DENTÁRIA

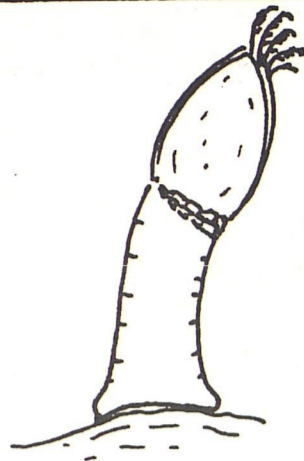
Especialidades de Medicina Dentária:

Reabilitação Oral / Branqueamento / Odontopediatria
Desvitalização / Extracções Dentárias / Próteses Fixas e Removíveis
Acrílica Aparelhos de Correção (fixos e móveis)
Meios de Diagnóstico / Rx Panorâmico / Teleradiografias

Email: dentibianco@clix.pt

Cç do Sacramento, 18 - 1º Esq. - 1200 LISBOA - Tel.: 213 433 535

ANIMAIS RAROS E INTERESSANTES



NOME CIENTÍFICO:

POLICIPES CORNUCÓPIA

NOME VULGAR:

PERCEBE

NÃO PERCEBE COMO É QUE LEVOU COM O PETRÓLEO

| | | | | | | | | | | | |
|----|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 |
| 1 | ■ | | | | ■ | | | | ■ | | ■ |
| 2 | | ■ | | | | | | | | ■ | |
| 3 | | | ■ | | | | | | ■ | | |
| 4 | | | | ■ | | | | | | ■ | |
| 5 | | | | | ■ | | | | ■ | | |
| 6 | ■ | | | | | ■ | | | | ■ | |
| 7 | | | | | | | ■ | | | | ■ |
| 8 | | | | | | | | ■ | | | |
| 9 | | | | | | | | | ■ | | |
| 10 | | | | | | | | | | ■ | |
| 11 | ■ | | | | | ■ | | | | ■ | |

HORIZONTAIS

1 - Ramagem; escudo 2 - Aposentação. 3 - Viajar; liga metálica; Antemeridiano. 4 - Espaço de tempo; afirmação; nome de letra. 5 - Campeões; amarras. 6 - Santo padroeiro dos ourives; aquelas. 7 - Relva; capaz. 8 - Ovário; aqueles; rio da Suíça. 9 - Acolá; espíritos; sorri. 10 - Ao serviço(pl.). 11 - Três vogais iguais; de quem se fala.

VERTICAIS

1 - Ferramenta; rei dos ventos. 2 - Antes da reforma. 3 - Atmosfera; floresta; àquele. 4 - Doçura; duve; se; ferro temperado. 5 - cansaços; elevado. 6 - Inventor do elevador; engoli. 7 - Rezam; rio de Moçambique. 8 - Íntimo; fila; pedido de socorro. 9 - Aqui; jornada; milícia nazi. 10 - Arradar. 11 - Gostes; canção.

SOLUÇÕES

HORIZONTAIS

1 - Rama; oigo. 2 - Reforma. 3 - Ir; latão. 4 - Mês; sim; efe. 5 - Asses; atas. 6 - Elói; elas. 7 - Erva; apta. 8 - Ova; aos; Arr. 9 - Lá; almas; ri. 10 - Ativos. 11 - OOOO; esse.

VERTICAIS

1 - Lima; Eolo. 2 - Reserva. 3 - Ar; selva; ao. 4 - Mel; soa; ago. 5 - Afas; alto. 6 - Oit; comi. 7 - Oram; Save. 8 - Imo; ala; SOS. 9 - Cã; etapa; SS. 10 - Alstar. 11 - Ames; aria.

VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS VENDA DE AUTOMÓVEIS

| VOLKSWAGEN E AUDI | | | LANCIA | | | RENAULT | | | OPEL | | |
|------------------------------|-----------|-----------|--------------------------|-----------|-----------|-----------------------------|-----------|-----------|---------------------------|-----------|-----------|
| MODELO | P.BASE | P.V.P. | MODELO | P.BASE | P.V.P. | MODELO | P.BASE | P.V.P. | MODELO | P.BASE | P.V.P. |
| Lupo | | | Y | | | Twingo | | | Agila | | |
| 1.0 Comfortline AC | 11.635,25 | 18.738,32 | 1.2 Caprice | 8.260,34 | 12.794,78 | Expression 1.2 | 7.122,91 | 10.854,57 | 1.0 Sp Comfort | 7.162,70 | 10.500,25 |
| 1.0 2001 AC | 9.448,31 | 13.383,44 | 1.2 LS | 9.176,93 | 13.885,53 | Privilege 1.2 | 7.550,26 | 11.354,57 | 1.0 Elegance Sp | 7.772,81 | 12.170,26 |
| 1.2 TDI 3 litros | 11.295,21 | 16.383,22 | Libra | | | Clio | | | Corsa | | |
| 1.4 Highline Automático | 11.725,87 | 18.529,71 | 1.5 16V LS | 16.776,91 | 26.387,61 | Expression 1.2, 3p | 8.268,21 | 12.194,57 | 1.0 3p | 8.263,54 | 11.810,25 |
| 1.4 Conceptline | 10.424,39 | 17.297,40 | 1.9 JTD LS | 17.752,92 | 30.654,17 | Dynamique 1.4, 3p | 10.243,39 | 16.284,57 | 1.2 16V 5p cx. Easytronic | 9.529,11 | 13.510,25 |
| Polo | | | 1.9 JTD LX | 20.097,69 | 33.444,45 | Expression 1.2, 5p | 8.610,09 | 12.594,57 | 1.2 Comfort 5p | 9.100,54 | 13.750,26 |
| 1.2 Conceptline 3p | 9.099,43 | 13.799,48 | 2.4 JTD LX | 21.569,94 | 39.913,43 | Privilege 1:4, 5p | 10.747,67 | 16.874,57 | 1.7 DTI 5p | 9.774,73 | 19.080,26 |
| 1.2 Conceptline 5p AC | 10.832,50 | 15.861,83 | 1.9 JTD LX SW | 21.248,77 | 34.814,23 | Expression 1.5 DCI | 10.661,93 | 17.464,58 | 1.7 DTI 5p Comfort | 10.476,41 | 19.915,26 |
| 1.4 Highline 5p AC | 12.411,39 | 19.345,48 | 1.9 JTD LS SW | 18.903,99 | 32.023,95 | Megane | | | 1.7 DTI 5p Elegance | 11.837,75 | 21.535,25 |
| 1.4 Highline Autom. 5p AC | 13.577,05 | 20.732,62 | Megane/ Break | | | Expression 1.4 5p | 13.021,17 | 19.562,14 | Astra | | |
| 1.4 Comfortline TDI 5p | 13.141,62 | 20.530,90 | Expression 1.4 16v | 13.465,62 | 20.082,14 | Dynamique 1.6 cx. Aut. | 14.275,60 | 23.052,15 | 1.4 Club 5p | 12.423,47 | 19.295,26 |
| 1.4 TDI Highline 5p | 15.622,19 | 28.170,12 | Authentique 1.9 DCI | 12.519,55 | 23.642,14 | Authentique 1.9 DCI | 12.519,55 | 23.642,14 | 1.4 Club 4p | 12.591,54 | 19.495,26 |
| Golf | | | Expression 1.9 DCI | 13.801,60 | 25.142,14 | Expression 1.9 DCI | 13.801,60 | 25.142,14 | 1.7 Club 4p DTI | 13.476,41 | 23.485,26 |
| 1.4 Conceptline 5p | 12.359,28 | 19.461,97 | Megane Classic | | | Expression 1.9 DCI | 14.023,83 | 25.402,14 | 1.7 Club 5p DTI | 13.304,14 | 23.280,26 |
| 1.4 Conceptline 5p JE/AC | 14.971,45 | 22.570,45 | Expression 1.4 | 13.243,39 | 19.822,14 | Megane Societé | | | 1.7 DTI 5p Elegance | 14.888,17 | 25.165,25 |
| 1.9 Comfort. TDI 100cv 5p | 14.831,67 | 27.407,90 | Authentique 1.9 DCI | 12.741,77 | 23.902,14 | Autentique 1.9 DTI | 11.892,22 | 17.782,14 | 2.0 DTI 5p Sport | 14.950,64 | 28.295,26 |
| 1.9 TDI 100 cv Tiptronic | 16.210,42 | 29.048,61 | Expression 1.9 DCI | 14.023,83 | 25.402,14 | Autentique 1.9 DCI | 12.789,66 | 18.842,15 | Astra Caravan | | |
| 1.9 TDI 100 cv "Generation" | 17.459,17 | 30.534,62 | Megane Societé | | | 1.4 16V | 12.645,10 | 19.122,14 | 1.7 DTI Club | 13.774,73 | 23.840,26 |
| 1.9 TDI Generation 5p 130 cv | 18.528,83 | 31.926,52 | Autentique 1.9 DCI | 12.741,77 | 23.902,14 | Expression 1.9 DCI | 16.237,50 | 27.992,14 | 1.7 DTI Elegance | 15.354,56 | 25.720,26 |
| 1.9 TDI Motion 5p 130 cv | 19.863,00 | 33.514,18 | Expression 1.9 DCI | 14.023,83 | 25.402,14 | Laguna | | | 2.0 DTI Sport | 15.421,22 | 28.855,25 |
| 1.9 TDI Tiptronic 5p 130 cv | 19.616,56 | 33.220,92 | 1.4 16V | 12.645,10 | 19.122,14 | Expression 1.6 | 16.096,11 | 25.182,14 | 1.4 Club | 12.894,06 | 19.855,26 |
| 1.4 TDI Highline 5p | 15.622,19 | 28.170,12 | Expression 1.9 DCI | 18.946,90 | 31.162,14 | Dynamique 1.9 DCI | 18.946,90 | 31.162,14 | 1.4 Elegance | 14.709,18 | 22.015,25 |
| Golf Variant | | | Privilege 1.9 DCI | 19.801,60 | 32.162,14 | Omega | | | 1.4 Sport | 14.545,32 | 21.820,26 |
| 1.4 Comfortline JE/AC | 15.506,07 | 23.206,65 | Multipla | | | 2.2 DTI Elegance | 25.370,52 | 42.445,26 | Vectra | | |
| 1.9 TDI 100 cv AC | 16.265,21 | 29.113,81 | 1.5 100 ELX | 15.040,00 | 24.320,68 | Omega Caravan | | | 1.6 Comfort | 15.930,38 | 25.535,26 |
| 1.9 TDI 100 cv cx. Aut. AC | 17.643,85 | 30.754,39 | 1.9 JTD ELX | 16.650,00 | 29.341,70 | 2.2 DTI Caravan | 26.219,26 | 43.455,26 | 2.0 DTI 4p Comfort | 16.480,05 | 30.115,26 |
| 1.9 TDI 130 cv Spot Gen. | 19.000,00 | 32.368,21 | Bora | | | Astra Cx. Automática | | | 2.2 DTI 4p Elegance | 17.889,93 | 33.543,36 |
| 1.9 TDI 130 cv Autom. | 20.086,53 | 33.661,18 | 1.6 105 cv | 16.998,82 | 27.039,92 | 2.0 DI 5p Club | 13.685,93 | 26.790,26 | Zafira | | |
| Passat | | | 1.9 TDI 100 cv Tiptronic | 19.241,62 | 32.655,74 | 2.0 DI 5p Elegance | 15.505,26 | 28.955,26 | 1.6 Comfort | 15.640,46 | 25.190,26 |
| 1.6 102 cv | 18.569,38 | 28.998,22 | 1.9 TDI 100 cv | 17.896,69 | 31.055,27 | 2.0 DI Caravan | 14.148,11 | 27.340,25 | 2.0 DTI Comfort | 15.832,99 | 29.345,26 |
| 1.9 TDI 100 cv | 19.116,34 | 32.625,66 | 1.9 TDI 130 cv | 20.329,30 | 33.950,08 | 2.0 DI Elegance | 19.967,16 | 36.015,26 | 2.2 DTI Elegance | 19.967,16 | 36.015,26 |
| 1.9 TDI 130 cv | 20.969,51 | 34.830,93 | 1.9 TDI 130 cv | 24.543,49 | 39.083,97 | Fiantua | | | Omega | | |
| 1.9 TDI 130 cv | 24.543,49 | 39.083,97 | 1.9 TDI 130 cv Tiptronic | 22.453,05 | 36.596,34 | 2.2 DTI Sport | 23.719,17 | 40.470,26 | 2.2 DTI Limited | 25.328,41 | 42.385,26 |
| 1.9 TDI 130 cv Tiptronic | 22.453,05 | 36.596,34 | 2.5 TDI 150 cv | 26.693,87 | 47.576,26 | Omega | | | 2.2 DTI Caravan | 26.219,26 | 43.455,26 |
| 2.5 TDI 150 cv | 26.693,87 | 47.576,26 | Passat Variant | | | 2.2 DTI Elegance | 25.370,52 | 42.445,26 | Omega Caravan | | |
| 1.6 105 cv | 19.764,45 | 30.420,35 | 1.6 105 cv | 19.764,45 | 30.420,35 | Omega | | | Omega Caravan | | |
| 1.9 TDI 100 cv | 20.310,16 | 34.046,30 | 1.9 TDI 100 cv | 20.310,16 | 34.046,30 | 2.2 DTI Elegance | 25.370,52 | 42.445,26 | 2.2 DTI Caravan | 26.219,26 | 43.455,26 |
| 1.9 TDI 130 cv | 22.164,59 | 36.253,07 | 1.9 TDI 130 cv | 22.164,59 | 36.253,07 | Omega | | | 2.2 DTI Caravan | 26.219,26 | 43.455,26 |
| 1.9 TDI 130 cv | 25.875,93 | 40.669,57 | 1.9 TDI 130 cv | 25.875,93 | 40.669,57 | Omega | | | 2.2 DTI Caravan | 26.219,26 | 43.455,26 |
| 1.9 TDI 130 cv Tiptronic | 23.648,12 | 38.018,48 | 1.9 TDI 130 cv Tiptronic | 23.648,12 | 38.018,48 | Omega | | | 2.2 DTI Caravan | 26.219,26 | 43.455,26 |
| 2.5 TDI 150 cv | 28.234,85 | 49.410,02 | 2.5 TDI 150 cv | 28.234,85 | 49.410,02 | Omega | | | 2.2 DTI Caravan | 26.219,26 | 43.455,26 |
| Sharon | | | Sharon | | | Omega | | | 2.2 DTI Caravan | 26.219,26 | 43.455,26 |
| 1.9 TDI 115 cv | 25.430,95 | 36.420,95 | 1.9 TDI 115 cv | 25.430,95 | 36.420,95 | Omega | | | 2.2 DTI Caravan | 26.219,26 | 43.455,26 |
| Caddy | | | Caddy | | | Omega | | | 2.2 DTI Caravan | 26.219,26 | 43.455,26 |
| 1.9 SDI 64 cv | 9.169,19 | 11.456,16 | 1.9 SDI 64 cv | 9.169,19 | 11.456,16 | Omega | | | 2.2 DTI Caravan | 26.219,26 | 43.455,26 |
| 1.9 TDI 90 cv | 11.366,62 | 14.071,11 | 1.9 TDI 90 cv | 11.366,62 | 14.071,11 | Omega | | | 2.2 DTI Caravan | 26.219,26 | 43.455,26 |
| Golf Van | | | Golf Van | | | Omega | | | 2.2 DTI Caravan | 26.219,26 | 43.455,26 |
| 1.9 TDI 110 cv | 14.396,42 | 21.411,51 | 1.9 TDI 110 cv | 14.396,42 | 21.411,51 | Omega | | | 2.2 DTI Caravan | 26.219,26 | 43.455,26 |
| 1.9 TDI 110 cv S | 16.211,75 | 23.571,76 | 1.9 TDI 110 cv S | 16.211,75 | 23.571,76 | Omega | | | 2.2 DTI Caravan | 26.219,26 | 43.455,26 |

A ADFACAR dispõe de informações na venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas, sendo extensivo a outras marcas não referidas como: **BMW, Ford, Citroen, Mercedes e Honda**. Estas informações/vendas são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 10h00 às 14h00 pelos telefones 21 751 2640, 21 751 2600, 21 751 2602 e das 20h00 às 22h00 pelo telefone 21 859 5016 ou 91 726 6153



Luís Baltazar

Pensar por dentro

É indispensável abrir espaço à aceitação e assimilação da linha vertical, para que através dessa força haja uma maior manifestação e rendimento de formação entre nós.

Não será possível restaurarmos o equilíbrio da ADFA sem os recursos dos valores verticais que em cada um de nós existem e é possível pôr em prática.

É certo que muitas das vezes é duro dar essa volta, pois mexe em instrumentos bastante melindrosos da nossa "Personalidade", mas quando o fazemos é gratificante sabermos que estamos a tentar corrigir e melhorar as disfunções das nossas atitudes e propósitos para com os outros.

Compreende-se que com a aproximação a velhos desafectos, políticos ou outros, nem sempre conseguimos harmonizar o nosso equilíbrio integral, sem que surja a transparência escondida de rancores e outras ainda menos visíveis à nossa sensibilidade, conduzindo-nos a violentos choques psíquicos, emocionais e até de ordem física e moral.

Este estado de coisas em nada contribui para a saudável harmonia na ADFA. Cada seu membro é participante e colaborante, independentemente de estar munido do estatuto de associado, e deve, tendo em particular atenção os tempos que correm, esforçar-se por contribuir para a erradicação dessa mancha negra e violenta que, subtilmente, vai minando as boas vontades dos associados da ADFA.

Há que ter muita atenção e respeito pelos centros de decisão da ADFA, pois, os vários centros motores da Associação, incluindo os pólos regionais e os menos

visíveis, isto é, os associados anónimos, têm de ter estabilidade entre si para que haja o mínimo de convulsões, no sentido de que a sua acção não seja fragmentada interna e externamente.

A força e a rentabilidade na prossecução dos objectivos da ADFA devem assentar prioritariamente na verticalidade dos seus associados, isto é, na aplicação dos valores de formação e respeito mútuos, acompanhando o desenvolvimento e capacidades da ADFA.

O esvaziamento destes valores tem levado a um constante sangramento dos tecidos e motores desta Casa. É certo que nenhum de nós é insubstituível mas também não é certo tentar destruir o outro apenas para o igualar.

Talvez esteja próximo o momento de que necessitamos para esclarecer e corrigir caminhos menos positivos, e para isso, não pode nem deve existir na ADFA correntes de dimensões diferentes, a energia alimentadora deve ser uma só, para que a sua acção seja a mesma em todos os espaços de discussão de ideias e valores onde todos possam na sua área de intervenção, ter a liberdade de expor em harmonia e equilíbrio as suas linhas de pensamento, sem ter que passar por filtros "enlameados" de egoísmos, invejas, desconfianças, etc.

Creio que será por um caminho como o que é apontado em pensamento que encontraremos instrumentos importantes para reformular os passos pensadores ainda cristalizados, e partirmos para uma nova forma de renovar e fazer prosperar o tecido associativo da ADFA. •



José Maia

O Verdadeiro Artista

O Dirigente "Verdadeiro Artista"

Pela sorrelfa põe os homens da sua confiança, excelentes arquitectos, artistas plásticos a trabalharem para a coisa.

A instituição com os problemas todos em cima, lá se vai portando como senhoras de miséria envergonhada, disfarçando mazelas, tapando rugas e cobrindo o mau parecer com bocadinhos de rouge, satisfazendo os apetites.

Politicamente o Sr. Dirigente, Ex.mo Coronel, Major, Sr. Engenheiro?

Tranquilidade de quem, ora anuncia a libertação, ora se ri no desfile dos merdas, dos coitados que à volta pulam, que o rodeiam, todos de língua de fora, focinhando a terra, vomitando desejos que outros caminhem vergados à vontade da matilha.

Vontades e opiniões contrárias, adversários a abater à má fila, canelas mordidas sem piedade, pelo ódio de quem não presta!...

Com humor controlado com passado de fraque e papilon, memória disfarçada, pode vir a repetir nos anos próximos. O Manel na Presidência e à sua volta os peões, mestres acesores, tudo seguro pelo pardal de telhado.

E a bem da nação, sem ficar a dever qualquer favor, sempre à boleia...

Recebe na sua toca, a visita de importante Delegação da Capital que lhe saiba o gosto dando o apoio sem reservas.

Os senhores do Município Central, recebidos cavalheirescamente com o aplauso dos amputados e o olhar dos ceguinhos, enquanto os andarilhos, salta pocinhas do regimento, de reluzentes atavios em continência ao regime, perfilados em alinhada frota, navegam de Porto em Porto dando sumiço aos trocados que sobraram da legislatura, agora por força da verdade a extinguir-se, sem brilho nem glória. •

URGÊNCIAS DENTÁRIAS

CENTRO DE DIAGNÓSTICO

CEDMEP

CLÍNICA MÉDICA DENTÁRIA

Acordos: ADME-GNR-CGD-CTT-PROTOCOLOS TAXSINTRA-OUTROS

Reabilitação Oral / Próteses

Ortodoncia Aparelhos Fixos e Móveis / Rx Panorâmico

CONSULTAS DE CLÍNICA GERAL PEDIATRIA

PSICOLOGIA MEDICINA DENTÁRIA

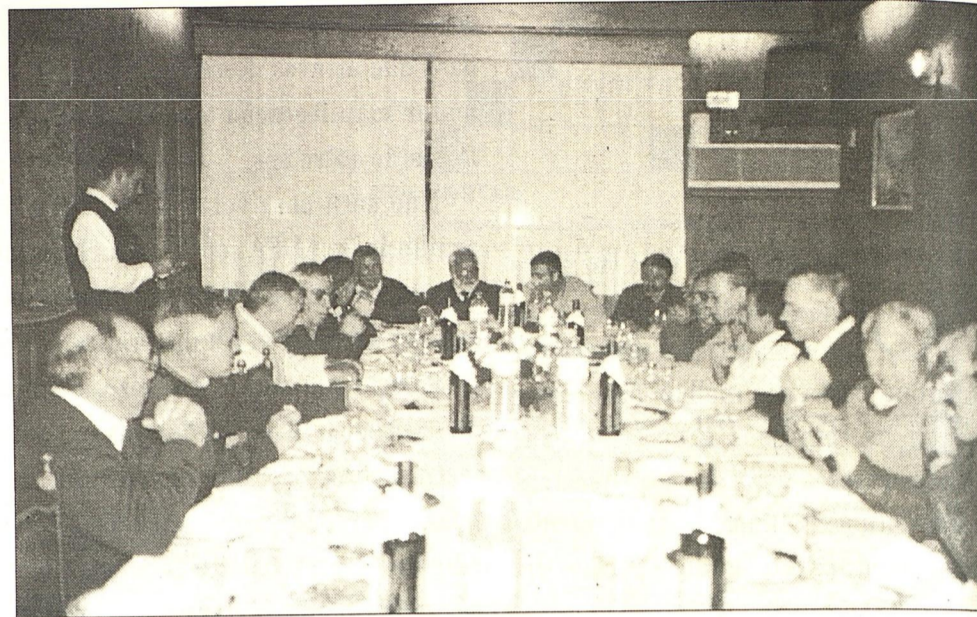
Email: cedmep@clix.pt

R. Prof. Dr. Virgílio Machado, Lt 22 - Loja 1

Tel.: 214 393 155 - 2745-342 QUELUZ OCIDENTAL

Reunião de Órgãos Sociais

DELEGAÇÃO DE BRAGANÇA



Os Órgãos Sociais da Delegação de Bragança reuniram, no passado dia 15 de Novembro, tendo-se integrado no encontro mais alguns associados, como já vem sendo hábito noutras ocasiões.

A reunião contou com a presença de três elementos da Direcção Nacional, Patuleia Mendes, Artur Vilares e Armando Alves, que informaram os presentes sobre a situação da ADFA, quer a nível interno quer a nível externo, principalmente no que

se refere à legislação e situação financeira. Os associados colocaram algumas questões à DN sobre vários assuntos e apresentaram algumas sugestões, no sentido de que a Delegação de Bragança venha a estender a sua influência por toda a região de Trás-os-Montes.

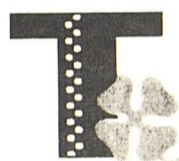
No entender dos Órgãos Sociais da Delegação, realizou-se um jantar-convívio de trabalho "de grande utilidade, em prol dos associados e de toda a ADFA".

A Direcção da Delegação, assim como todos os presentes, sentiu-se honrada com a presença dos elementos da DN, designadamente do presidente, mostrando-se sensibilizados pelo facto de os dirigentes nacionais terem vindo a Bragança para comemorar o segundo aniversário da sua tomada de posse, ocorrida em 15 de Novembro de 2000, "em encontro com os associados mais afastados da Sede, sem se ter necessidade de atravessar o Atlântico",

disse Patuleia Mendes.

A Direcção da Delegação apelou aos associados para que estes reuniões se realizem mais vezes, "porque só assim é que o espírito de solidariedade tem sentido e se pode dizer que a ADFA está implantada desde Bragança aos Açores, e não à beira mar plantada como alguns profetas deixam querer transparecer", afirmou Domingos Seca, presidente da DD de Bragança.

RV



Trevauto

Comércio, Indústria e Representações, Lda.

PUNTO



1.2 S :: 1.2 ELX :: 1.2 16V ELX :: 1.2 16V ELX Speedgear :: 1.2 16V HLX :: SPORT Speedgear :: HGT :: 1.9 JTD ELX :: 1.9 JTD HLX

PALIO WEEKEND



75 Liberty
10 JTD
10 JTD Liberty



80 15V SX
100 16V SX
100 16V ELX C-Box
105 JTD SX
105 JTD HLX

MAREA WEEKEND

CONCESSIONÁRIO FIAT

STAND - Contactos com Francisco Galhano

Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND

Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND

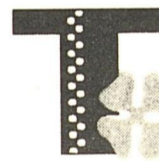
Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt

E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRAU DE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.



Trevauto

Comércio, Indústria e Representações, Lda.



Lybra BERLINA
Os Motores
Os Interiores
Os Equipamentos
Crédito, A.L.D. e Leasing
As Cores
Os Preços
Linaccessori



Os Interiores
Os Equipamentos
Crédito, A.L.D. e Leasing
Linaccessori
Os Preços

CONCESSIONÁRIO LANCIA

STAND - Contactos com Francisco Galhano

Rua de Arroios, 89-A • 1169-154 LISBOA • Tel. 213 167 200 - 213 524 945 - Fax: 213 520 096

STAND

Rua da Venezuela, 65-A/B • 1500-619 LISBOA • Tel. 217 621 060 - 217 621 065 - Fax: 217 621 069

STAND

Rua Virgílio Correia, 17-B • 1600-219 LISBOA • Tel. 217 269 889 - Fax: 217 265 639

www.trevauto.pt

E-mail: trevauto@mail.telepac.pt

TAMBÉM PODEM USUFRUIR DE DESCONTOS ESPECIAIS NAS MARCAS FIAT E LANCIA OS ASSOCIADOS COM GRAU DE INCAPACIDADE INFERIOR A 60%, DESDE QUE JUSTIFICADA.

A ADFACAR dispõe de informações de venda de viaturas (fornecidas com ou sem isenção) acima mencionadas. Estas informações/vendas, são tratadas através de ALBERTO PINTO, nas horas de expediente, das 9h00 às 13h00 através dos telefones 21 751 2640, ou 91 726 6153. Entre as 20h00 e 22h00 pelo telefone 21 859 5016.

Um azar nunca vem só

Por os acidentes em serviço terem tratamento de parente pobre na legislação aplicável aos deficientes militares, amiudadas vezes se tem escrito neste jornal acerca do assunto.

Sobre esta controversa matéria vou aduzir mais uma situação, provavelmente idêntica a muitas.

Em 1969 da sua Companhia acantonada no Leste de Angola (Lumege) desde 1968, zona fértil em emboscadas e minas, um camarada de armas foi incumbido de ir à Luanda para receber e regressar com uma viatura nova, para substituição de outra destruída em mina então accionada.

No retorno, sofreu um despiste por encandeamento.

Foi considerado culpado pela eclosão do evento por: "ter sido encandeado e não parar".

Ele bem explica: "eu não infringi qualquer regra de trânsito, respeitava as condições de circulação adoptadas pela coluna militar que integrava em último lugar e, no momento do encandeamento, travei instantaneamente mas, como todos sabem, um carro em movimento não se imobiliza imediatamente, razão bastante para que o veículo que conduzia resvasse por uma ribanceira que na altura não vi por ter ficado ofuscado".

Pagou ao exército a reparação dos danos verificados no Unimog, cujo valor ascendeu a 77,10 (15.458\$00), quantia importante para ele.

Anos mais tarde, uma junta médica reconheceu-lhe incapacidade originada pelas sequelas contraídas no sinistro, que considerou em serviço.

Porém, como se não bastasse o azar pelo acidente sofrido e consequentes encargos financeiros, outro azar lhe bateu à porta por o evento não ter sucedido numa das emboscadas sofridas ou em consequência do rebentamento de mina que lhe tivesse provocado as mesmas lesões porquanto, em tais circunstâncias, teriam outro "valor" pelo previsível enquadramento no âmbito de campanha.

Azar ainda para um operacional que passou por situações de alto risco, com toda a comissão bonificada a 100 por cento para efeitos de reforma/aposentação e, ao sair uma vez de zona crítica no cumprimento de uma ordem, logo nesse lapso de tempo lhe sucede o acidente rotulado em serviço, não importando as vicissitudes vividas em vinte e sete meses de "mato" e o estado psicológico que um homem nestas condições transportava consigo para onde quer que fosse, nem a circunstância de a fugaz deslocação à retaguarda ter sido necessária para a "frente" dispor dos indispensáveis meios operacionais.

Ficou e continua decepcionado pois, no seu raciocínio linear, julga que os factos apontados deviam ter pesado decisivamente na classificação do acidente.

É por esta e por outras que a tipificação do conceito de campanha resulta insuficiente na sua abrangência, pelo que dota-lo de sensata amplitude para acolher realidades escamoteadas, é preciso.

Como preciso é, conferir maior apreço à generalidade dos acidentes em serviço.

João Santa Rosa

Obcecado (achegas e desabafos)

Quota, palavra que soa bem...

Vamos começar, pela parte que mais relevância tem, para o caso. Se uma Associação como a ADFA, cujo crescimento tem sido "crescimento" um valor vital, para o fulcral funcionamento e criação de valores, se baseasse, para a gerência do seu funcionamento diário, no valor das quotas dos associados, muito mal iria a nossa Associação.

Não digo que o valor pago, por cada associado, não possa ser revisto, para que se sintam vinculados aos valores da casa mãe, estranho é que a este ponto seja dada tão elevada importância, por parte do dirigente de Vila Nova de Famalicão.

Que seja preciso, a convocação de uma AGN, ainda para este ano (o que se tornará um pouco impossível), com um único intuito de se proceder ao aumento de quotas, "(4) quatro /mês. Não é muito mas já ajudará a segurar o barco sem grandes rombos..." sic, será que as amarras estão de facto seguras, para que o barco não se parta, pois o seu capitão, não vislumbra tempestades.

Apenas posso acrescentar, é necessário que

as pessoas, que se encontram ao leme do barco, tenham de facto olhares no horizonte e consigam, vislumbrar ao longe, cardumes de peixe e com a astúcia consigam lançar as redes, tentando aumentar o seu pecúlio de forma a enfrentar as tempestades, e assim consigam deixar sempre o barco navegável a outro capitão que o venha a substituir.

"ADFA, que futuro?" Se a consonância de ideias fosse a base sólida da discussão, seria fácil chegar-se ao consenso, mas como existem neste ponto, sempre divergências, as maiorias de opinião sobrepõem-se sempre às minorias, e assim poder-se-á dizer "ADFA com futuro".

Mal vai a casa, em que apenas se governa com o salário de miséria que o patrão lhe paga e não procura, arranjar novo patrão ou em hipótese procura arranjar um part-time, para que os seus filhos possam ter uma vida mais risonha.

Associados, lutemos sim, para que nas AGN, seja distribuído com o tempo necessário o programa de discussão, que se quer ver aprovado, pela maioria de associados presentes nessa Assembleia, e não sejamos colocados, perante factos quase consumados. A AGN é o local próprio para a discussão dos problemas, que afectam o funcionamento, da nossa Associação, mas sejamos críticos, e exijamos que tudo seja programado com clareza.

JD

Até dignificaram o Palácio da Independência

Nos seus mais de oito séculos de história, Portugal viveu e participou em guerras, lutando sempre pelos valores da liberdade, Também aconteceram manifestações, opositores ao regime, tentativas de golpes de Estado, até que aconteceu a guerra colonial, onde a juventude portuguesa era carne para canhão e deu origem, com êxito, à revolução de Abril, que conduziu Portugal à democracia.

Quem passou por África sabe que o descontentamento da população já vinha de há muitos anos, antes do ano de 1961, altura em que rebentou o conflito armado que havia de conduzir Portugal a treze duros, longos anos de guerra.

Quero lembrar que as insurreições nas ex-colónias sempre aconteceram em diversos locais, mas foi no ano de 1961 que aconteceram os massacres em Angola, onde foi flagelada a população portuguesa que levou o estadista Salazar, assim que teve conhecimento através do jornal do Congo Português que se publicava no norte de Angola, a mobilizar as suas tropas em defesa dos portugueses que faziam as suas vidas e construíram, com amor, os países das ex-colónias. Portugal os portugueses não mereciam uma descolonização da forma que aconteceu. Os portugueses têm direitos, têm bens, haveres nas ex-colónias, que são seus e por legítimo direito lhes têm que ser restituídos!

Foi neste quadro de guerra e com o slogan que "as ex-províncias eram portuguesas" que a juventude portuguesa foi levada para a guerra. Salazar, apoiado por uma sociedade fascista, queria fazer crer aos portugueses aquilo que estava à vista de todos. Salazar deveria ter criado governo nas ex-colónias, deixar expandir o comércio, a indústria e fazer daquela parte do globo países prósperos, ricos, com a presença dos portugueses. Sabia-se e a história veio provar que Portugal vivia amordaçado e aqueles que eram acusados de fazer a guerra, estavam descontentes com o regime, arriscaram as suas vidas e fizeram o 25 de Abril, que em 1974 veio restituir a liberdade ao povo português! Por isso, os jovens capitães de Abril merecem bem os louvores que aos heróis se atribuem por entenderem defender tão altos valores, os valores da liberdade e da democracia. Bem haja!

Com o 25 de Abril de 1974 irrompeu na sociedade portuguesa a Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) surgida da guerra defensora dos valores democráticos e de apoio ao cidadão militar, ex-combatente deficiente das Forças Armadas.

A instituição ADFA esteve, permaneceu, viveu no Palácio da Independência, que tratou, arranjou, habitou durante anos, com dignidade, onde ficou a perdurar uma placa alusiva à sua estada naquele significativo palácio.

Fui chamado a defender Portugal, fiquei deficiente na guerra, fui muita vez ao Palácio da Independência e estive na colocação da placa, que lá se encontra, alusiva à passagem da ADFA. Orgulho-me de ter servido o meu país,

apesar daquilo que sofro, digo: estou sempre pronto a servir o meu Portugal e fazia na mesma tudo quanto o meu país me pediu, agora não posso é permitir que «falem em tropa fandanga, arruaceiros, malfeitores, falsos deficientes, patifes, desordeiros, que tudo destruíram, como arquivos, registos, bandeiras de cariz nacional que os excitava, á semelhança dos toiros». Só se for a quem o diz.

Quem assim fala, não sabe o que são os valores da democracia, porque se de facto estivesse com os valores que Portugal representa, tinha que estar com os valores que puseram fim a muitos anos de ditadura em Portugal!

Aqueles que defendem, honram Portugal todos os dias, não têm culpa das crises que a própria sociedade gera e os políticos têm dificuldade em controlar. Criam guerras, depois mandam os militares "lutar" fazer a paz. Quem manda são os governantes. Os militares cumprem o seu dever patriótico sempre ao serviço de Portugal.

Aos militares, de ontem e de hoje, eu peço que sejam hoje e sempre o garante da paz, da liberdade e da democracia em Portugal e no mundo! •

João Gonçalves

Por que será?

Durante muitos anos fui contra a criação da Delegação de Lisboa, principalmente por três razões:

A primeira era que iria criar mais despesas e dificilmente haveria mais participação associativa.

A segunda iriam ser criados mais tarde ou mais cedo conflitos entre Órgãos da Direcção da Delegação e Órgãos da Direcção Nacional, porque a Delegação iria situar-se no mesmo edifício da Direcção Nacional, em sistema comodato, e não num local com instalações próprias.

A minha opinião ao longo do decorrer do tempo alterou-se relativamente ao aparecimento da Delegação e por causa disso empenhei-me seriamente para que a mesma surgisse, pois julgava eu que os problemas anteriormente mencionados estariam ultrapassados e seria a Direcção da Delegação que me resolveria todo e qualquer problema, que necessitasse, nomeadamente junto do HMP, pois sou um associado da área de Lisboa.

No dia 28 de Outubro de 2002, dirigi-me à consulta de Urologia para realizar um exame (fluxometria), que me fora prescrito pelo Dr. Paulo Vale, sendo informado no atendimento aos doentes que não podia efectuar tal exame, porquanto a enfermeira que realizava tais exames foi transferida, pelo Director do HMP, na sexta-feira anterior para Queluz, e por via disso não existia ninguém mais que realizasse tais exames.

Perante esta informação fiquei bastante perplexo e indignado perante tal situação, pelo que dirigi-me de imediato à ADFA, onde informei por escrito a Direcção da Delegação para que a mesma tomasse a posição que julgasse mais conveniente alertando-a para os problemas que poderiam advir para o todo associativo, mantendo-se a situação atrás descrita.

Passado uma semana, fui informado através de vários elementos da Direcção da Delegação de Lisboa, nomeadamente pelo seu Presidente, que o assunto ainda não tinha sido objecto de qualquer tomada de posição, pois tudo dependia de uma audiência, que não sei se foi solicitada ou não, pelo Presidente da Direcção Nacional ao Director do HMP.

Acresce, que este caso, que é gravíssimo pois poderia beneficiar todo o universo dos deficientes militares e todas as coisas tem um "timing" para serem feitas, além de que não percebo muito bem quais as razões, que assuntos relacionados aos associados da área de Lisboa tem de ser tratados pela Direcção Nacional e não pela Direcção da Delegação.

Perante estes factos, chego quase à conclusão que a existência da Delegação de Lisboa não têm razão de ser, porque não resolve os problemas relativos aos associados da área de Lisboa, pois aos assuntos relacionados com ajudas técnicas pessoais era eu que tratava deles junto do HMP, sem nunca ter de recorrer da intervenção da Direcção Nacional da ADFA. •

*O conselheiro da Delegação de Lisboa
José Alberto Bento
Raimundo*

Benefícios para associados

Protocolos

A ADFA, através da Delegação de Famalicão e do Núcleo de Leiria, celebrou alguns protocolos para prestação de serviços e descontos aos associados, familiares e funcionários.

A Clipóvoa - Clínica Médica da Póvoa de Varzim, S.A., de Lugar de Penouces, Beiriz, Póvoa de Varzim, presta serviços de ambulatório, internamento e bloco operatório em todos os seus hospitais e ambulatórios, com desconto de dez por cento sobre a tabela em vigor (excepto nas ressonâncias magnéticas, tomografia axial computadorizada (TAC), farmácia, armazém geral, anatomia patológica ou outros exames não efectuados pela clínica).

Atendimento na Póvoa de Varzim (Lugar de Penouces, Beiriz), em Vila Nova de Cerveira (Estrada Nacional, 13, Vila Meá), em Amarante (Edifício Golfinho) e no Porto (R. Beato Inácio Azevedo, 61/85).

A Clínica Médico-Cirúrgica de Santa Tecla pratica um desconto de 15 por cento sobre a tabela de preços, no atendimento de clínica geral, quartos, enfermarias, salas de bloco operatório e partos e unidade de vigilância intensiva, medicina física e de reabilitação (tratamentos), exames auxiliares de diagnóstico, radiologia convencional, ecografia e osteodensitometria óssea.

O Hospital da Trofa presta, aos associados, às suas esposas, pais, filhos, genros/noras e netos, e aos funcionários da ADFA, cônjuges e filhos, "em termos de relacionamento preferencial e em condições economicamente mais favoráveis", serviços de consulta externa, urgência, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica, fisioterapia, internamento e de blocos operatório e de partos, com um desconto de 15 por cento.

O acordo é extensivo à Portoclínica, na Av. Fernão de Magalhães, Estádio das Antas, Porto.

O médico dentista Luís Claro, em Famalicão, efectua um desconto de dez por cento (nas consultas e tratamentos dentários) e de cinco por cento (em trabalhos de laboratório), aos associados e familiares com direito a ADM (com cartão de associado do titular e cartão de beneficiário das ADM).

A Ouroarte, de Famalicão, efectua um desconto de 15 por cento em armações, lentes e artigos de óptica.

A Optivisão - Óptica, Serviços e Investimento, S.A., atribui aos associados, familiares e funcionários descontos na aquisição de óculos graduados (aros e lentes), 20 por cento; lentes de contacto e óculos de sol, 15 por cento; outro material óptico, dez por cento; exames visuais, 20 por cento e prioridade na marcação. Na adaptação de lentes de contacto, oferta dos primeiros produtos de conservação, manutenção e esterilização de lentes, quando necessário.

Possibilidade de aquisição dos produtos (independentemente dos respectivos descontos) a crédito, em suaves prestações.

Nota: nos acordos com a Clipóvoa, Clínica de Santa Tecla e Hospital da Trofa é necessário cartão de assistência médica próprio, a solicitar pela Sede, delegações ou núcleos à Delegação de Famalicão.

Nos acordos com o dentista, com o oculista Ouroarte e com a Optivisão, basta apresentar o cartão de associado com quotas em dia.

A IMAGRAM - Laboratório de Imagiologia da Marinha Grande, Lda presta serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Sede da Delegação de Coimbra.

A Rosóptica - Óptica Médica, Lda, de Leiria, presta serviços aos associados, cônjuges e aos filhos menores ou com idade até 24 anos, se estudantes e componentes do agregado familiar do DFA, com 20 por cento de desconto nos artigos (lentes e armações).

A Freire, Meireles & Parente, Lda presta os seus serviços aos associados, cônjuges e filhos menores ou com idade até 24 anos, desde que estudantes e componentes do agregado familiar do DFA. Tabela disponível no Núcleo de Leiria e na Delegação de Coimbra. •



António Carreiro

2003 e a deficiência

Parece ser moda criar um dia e um ano dedicado a isto e aquilo. E de tantos dias e tantos anos - e talvez mais do pouco sucesso que muitas dessas iniciativas parecem ter - o nosso desfazer fatalista reduz, em grande parte dos casos, tais iniciativas a simplesmente mais uma. No vulgo traduz-se por "olha-me este!".

As pessoas com deficiência não podem deixar que tal desdém fatalista redutor ensombre 2003 - O Ano Europeu das Pessoas com Deficiência. Porque é uma oportunidade de mostrar à Europa o quão pouco tem feito pelos que não devem ser discriminados; mas são. A Europa económica tem que caminhar para a social e prestar atenção áqueles que não gozam de igualdade de oportunidades. É necessário que a União Europeia crie legislação abrangente contra a discriminação nos sectores da sua competência, designadamente nos transportes, na educação, telecomunicações, sociedade de informação e adaptação de instalações.

Poucas são as iniciativas que me já dei conta, a serem programadas para Portugal levar por diante. E a ADFA não pode ficar aquém de dar um grande impulso e esforço por esta causa, que é a nossa. Pela defesa da participação dos deficientes nas decisões que lhe dizem respeito, pelos direitos iguais, pela igualdade de oportunidades com repúdio do tão ainda utilizado recurso à caridade, por um sociedade com todos, pelo princípio de que os deficientes devem dispor de si mesmos e tomar as suas próprias decisões, por uma vida independente, pelo respeito pela diversidade e repúdio da estigmatização.

Há que levar a mensagem a toda a gente e fazê-la ouvir na União Europeia que tem padecido de alguma surdez em relação às pessoas com deficiência.



Director: José Diniz
 Propriedade: Associação dos Deficientes das Forças Armadas
 Administração e Redacção: Av. Padre Cruz - Ed. ADFA 1600-560 - Lisboa
 Telefone: 21 7512600 Fax: 21 751 2610
 E-mail: adfa@mail.telepac.pt Internet: http://www.adfa-portugal.com



Comemoração

Fados de Coimbra no 28º Aniversário do ELO

FARINHO LOPES



"Os nossos associados merecem um jornal de qualidade que lhes leve todos os meses o pulsar da vida associativa, os avanços das reivindicações legislativas, uma nova esperança de verem os seus problemas resolvidos, e também outros escritos de carácter formativo, recreativo e cultural." Foram as palavras do director do ELO, José Diniz, no jantar em que a ADFA comemorou os 28 anos de publicação ininterrupta do seu "Elo de Ligação", no dia 22 de Novembro, na Sede, em Lisboa.

Presentes estiveram os representantes das delegações de Faro, Lisboa e Viseu, bem como muitos associados e amigos do ELO.

O dia 23 de Novembro ficou marcado pela saída, em 1974, do primeiro número do ELO, nas mãos dos deficientes militares que se manifestavam nas ruas da capital.

"Nas muitas cartas que recebemos na Redacção apercebemo-nos que, para muitos associados o ELO é o espelho da ADFA, ou mais, a ADFA é o ELO. Escrevem para o ELO a expor

os seus problemas, quando mudam de morada comunicam ao ELO, quando o ELO se atrasa uns dias ou não o recebem mesmo, reclamam para o director. Têm as quotas em dia para que o ELO não lhes falte", disse ainda o director, depois de expor as dificuldades que têm surgido durante este seu primeiro ano de mandato.

José Diniz realçou a actividade do Conselho de Colaboradores permanentes, "um instrumento muito importante para a vida do jornal", bem como o projecto de remodelação gráfica e de conteúdo do ELO, já apresentado à DN.

"Para todos o jornal é o grande elo de ligação e de unidade. Por isso não pode ser o elo mais fraco da grande cadeia que é a ADFA", concluiu, afirmando ainda que "para manter esta excelência, deve estar aberto a todos os associados, deve projectar a ADFA para o exterior e não lhe podem ser regateados meios".

Patuleia Mendes, presidente da DN, dirigiu-se ao director do ELO, afirmando que "o ELO que tu diriges tem a grande espera e amizade da massa associativa", lembrando que "se o ELO é polémico, é porque é lido".

Patuleia Mendes destacou que "o nosso jornal é o ELO mais forte", e disse que como presidente da DN, não o deixará enfraquecer.

A animar o jantar associativo que reuniu mais de 70 associados, familiares e amigos, esteve o Grupo Jurídico de Canto e Guitarra de

Coimbra (antigos estudantes da Universidade de Coimbra), interpretando magníficos fados da cidade de Pedro e Inês.

Os cantores António Rocha, Arménio Santos e Luís Ferreira encantaram, acompanhados pelas guitarras de David Ribeiro e de José Almeida e pelas violas de António Toscano e de Levi Baptista.

A noite acabou com mais encanto, na hora da despedida... Todos cantaram, num "até para o ano", nos 29 anos de vida associativa contada em páginas de jornal.

Rafael Vicente

Novo Protocolo Benefícios para associados

A ADFA celebrou um protocolo com a Casifone, empresa de telecomunicações e serviços, para promover uma campanha especial de promoção de produtos e serviços Optimus destinada aos associados da ADFA.

O protocolo vigora a partir de um de Dezembro próximo até 30 de Novembro de 2003, e estipula que "os associados vão usufruir de 10,00 euros de desconto sobre o preço de venda ao público de toda a gama activa de pré-pagos (Boomerangs, Zoom e Livre), sendo este um benefício exclusivo para os associados da ADFA, cumulativo com as ofertas standard em vigor".

Acresce aos benefícios aos associados a "oferta de 25,00 euros (2,5 euros em cada um dos primeiros dez carregamentos), em adicional à standard associada ao produto escolhido".

Para aderir a esta campanha, o cliente (utilizador final) deve enviar a ficha de identificação e o cupão RI devidamente preenchidos para a Casifone, bem como cópia do cartão de associado com quotas em dia, bilhete de identidade e cartão de contribuinte.

A morada de envio é: Casifone, Av. José Elias Garcia, 174, 2745-143 Queluz. Outras informações podem ser prestadas por Rosa Jacinto, na Casifone, pelo telefone 21 435 8550/21 434 3075 e fax 21 434 3074.

O pagamento será efectuado contra factura, à data da entrega.

Os procedimentos pós-venda são iguais aos praticados para os equipamentos adquiridos através dos sub-agentes (excepto em situações de falha prematura nas quais o procedimento deverá ser de troca de equipamento). Estas condições são aplicáveis a qualquer Boomerang disponível no mercado quando adquirido através da ADFA.

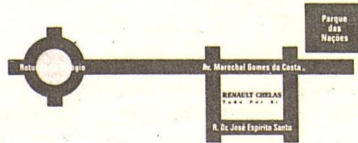
Por exemplo, se o interessado entender adquirir um Nokia 3410, o preço de loja seria de 149,90 euros. O preço especial ADFA é de 139,90 euros a que acresce a oferta de uma bolsa de silicone.



RENAULT

- » O salão de exposições é gigante: 2500 m2.
- » O horário de atendimento é enorme.
8h - 20h durante a semana
9h - 19h ao fins-de-semana
- » O horário da oficina é igualmente grande.
8h - 24h durante a semana
8h - 18h ao sábado
- » No grande centro de ensaios cabe toda a gama.
- » O serviço de assistência e desempanagem tem o maior horário possível: 24h por dia.

Atendimento Cliente: 800 203 157



RENAULT CHELAS

Tudo Por Si.

R. Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E - 1900-672 LISBOA
 Tel.: 21 836 14 00 Fax: 21 836 14 91
 Av. da Liberdade, nº 33 - 1200-139 LISBOA